

*Periódico
MFN 52
ex. 2*

Janeiro/fevereiro de 1988

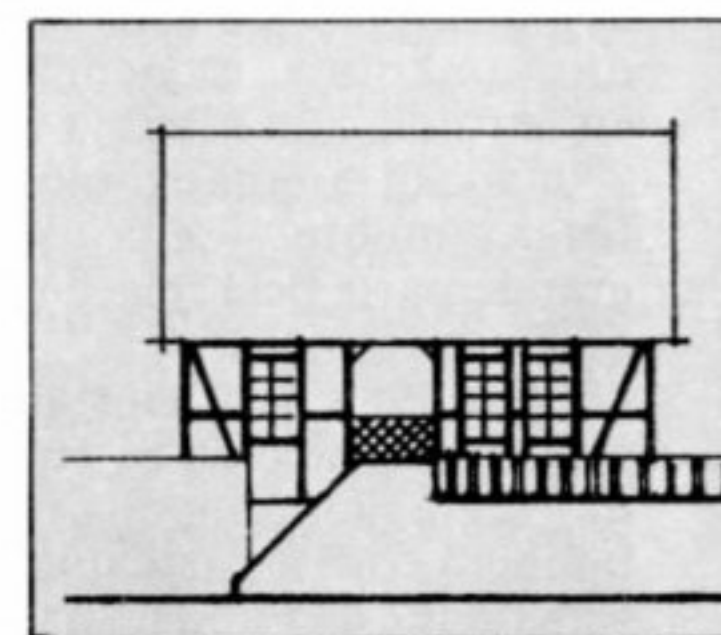
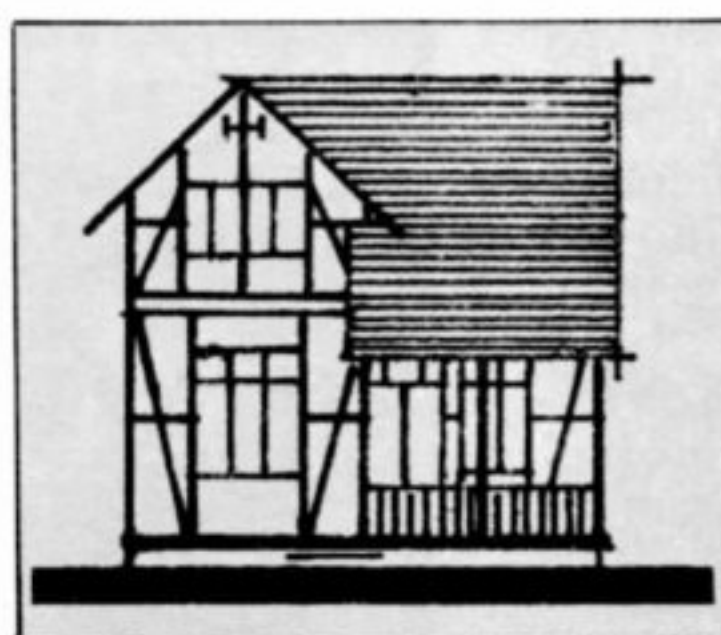
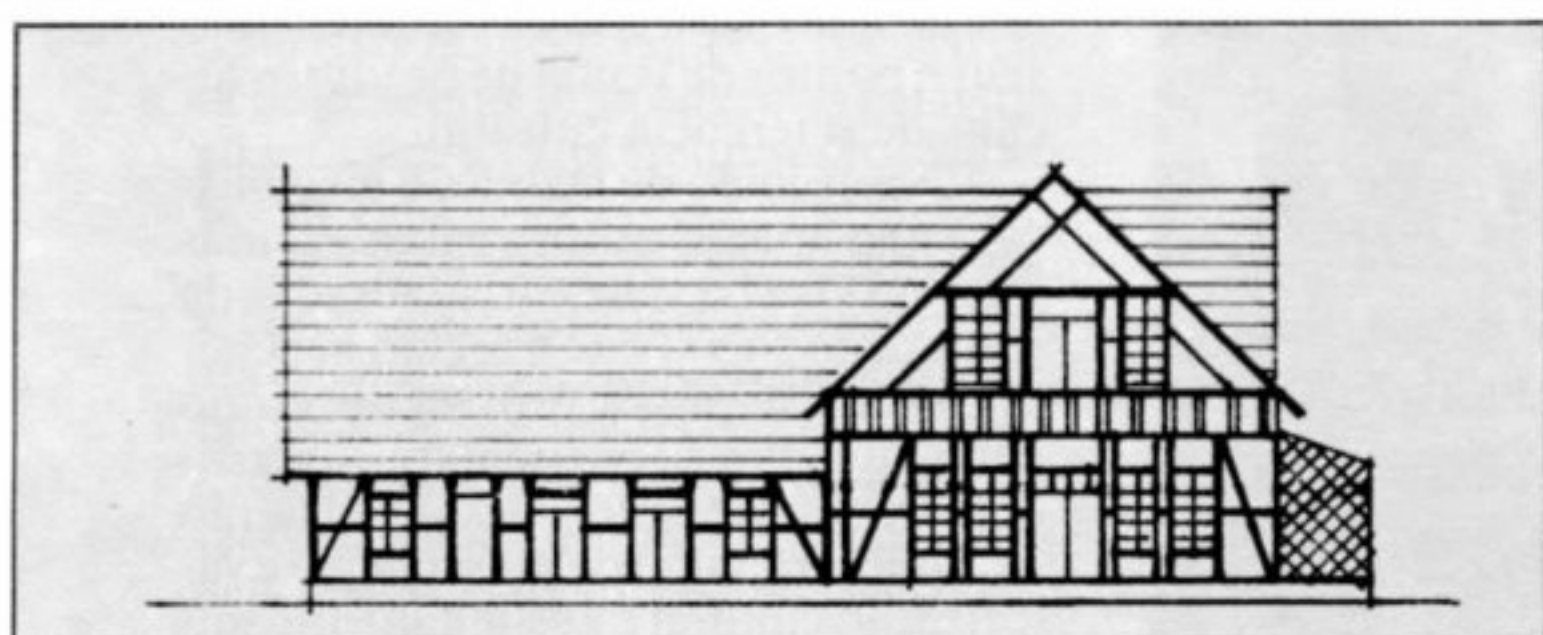
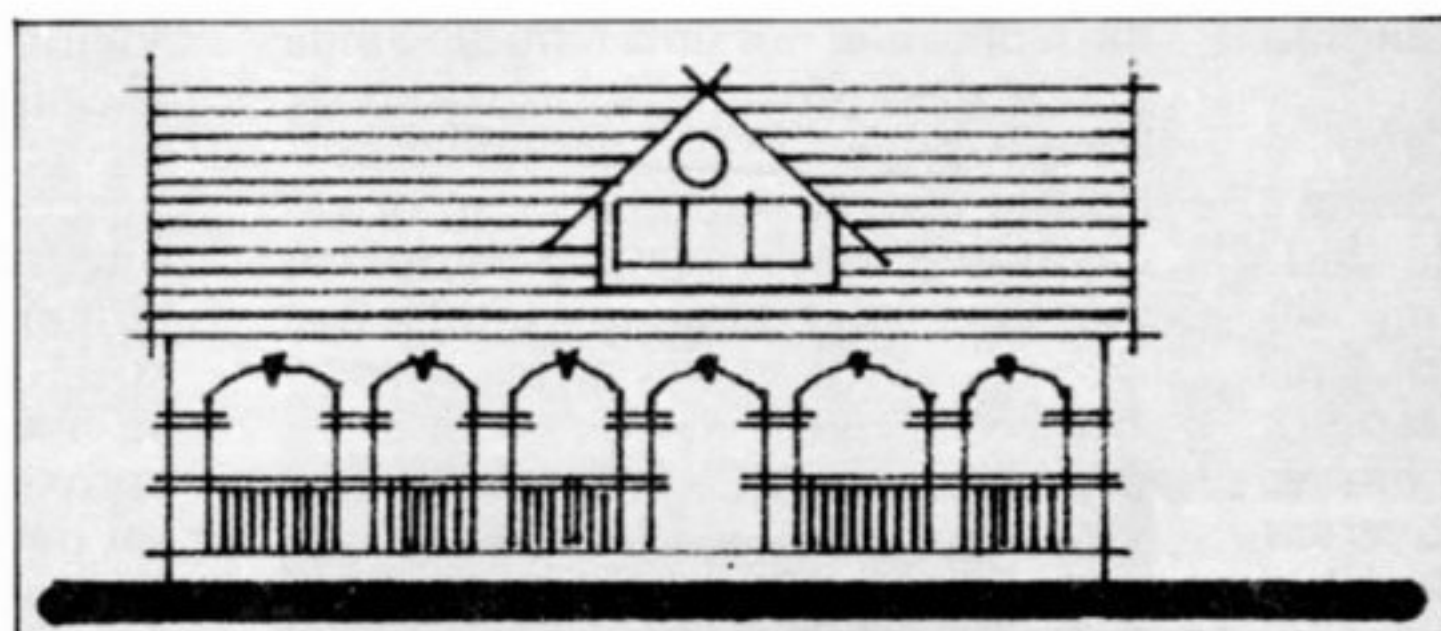
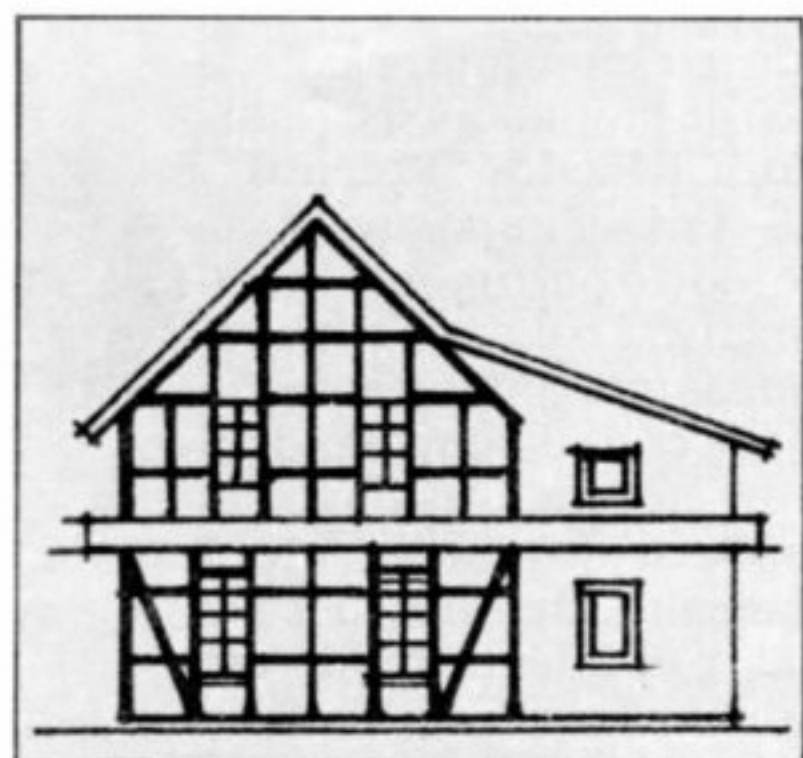
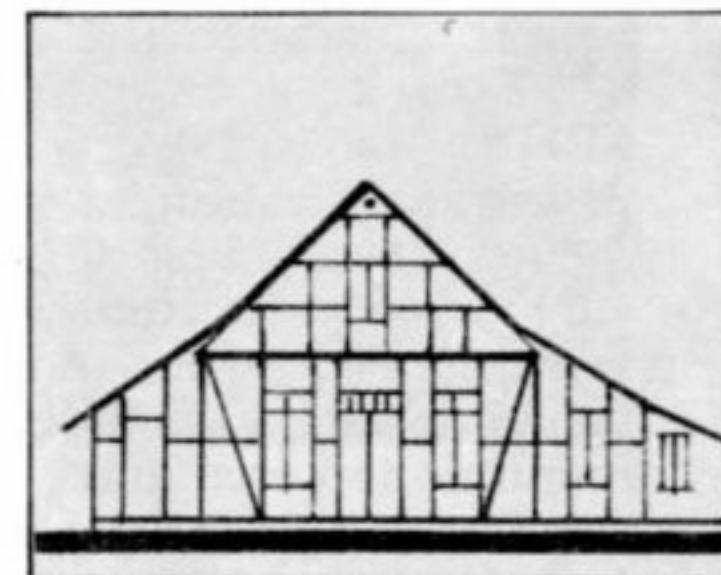
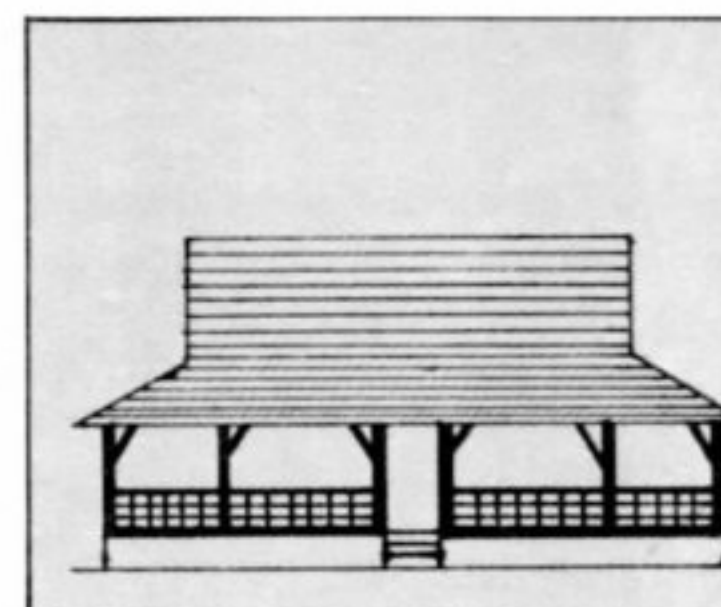
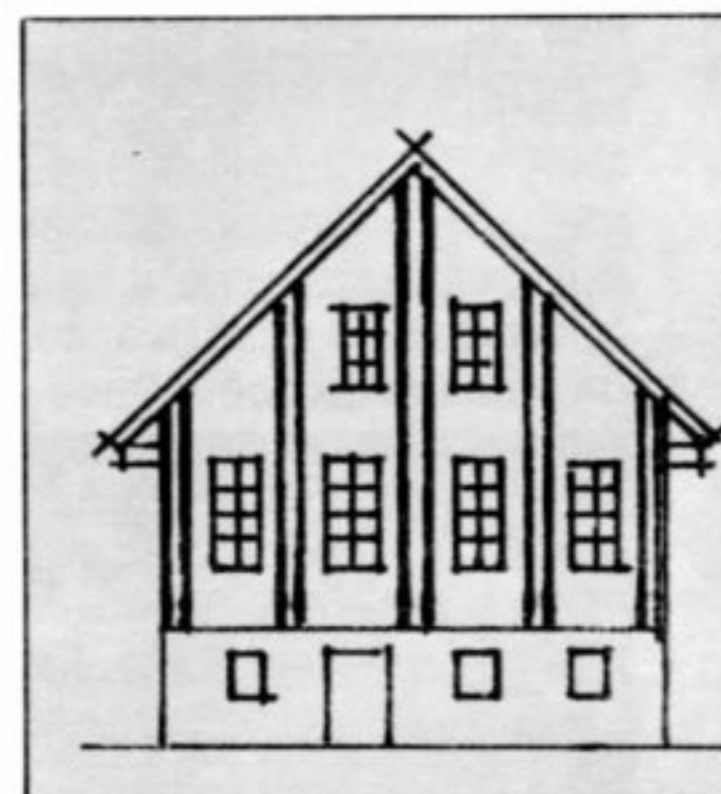
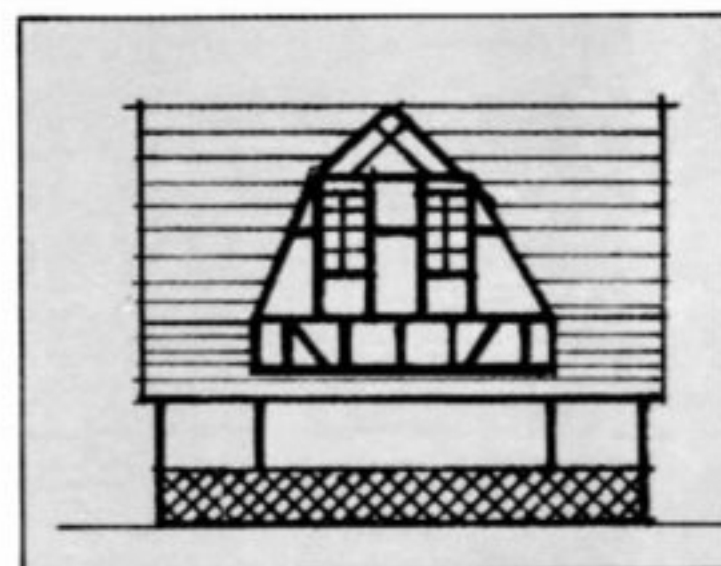
Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 5º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ 20 090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 39

*pró*Memória

Santa Catarina valoriza patrimônio deixado por imigrantes



Santa Catarina é um Estado basicamente formado por imigrantes. Com o início da colonização pelos alemães, por volta de 1830, o movimento migratório se acentuou na região. A partir da segunda metade do século XIX são criadas as colônias de Blumenau, Dona Francisca (atual Joinville) e Brusque. Estas colônias foram todas empreendimentos rurais e só mais tarde se industrializaram. Desde os primeiros anos, podia-se notar uma certa familiaridade com as sociedades industriais européias do século passado, pela facilidade com que ofícios domésticos passavam à pré-industrialização. Pequenas fábricas de cerveja, charutos, ferrarias e olarias começaram a surgir.

O incremento da industrialização passou a alterar significativamente o contexto cultural catarinense. Alguns municípios, como Blumenau, perderam suas características tradicionais, optando pela mistificação, representada pelas edificações “neo-enxaiméis”. Apesar disto, muitas cidades guardam em grande parte sua identidade rural, mantendo o panorama das antigas colônias. Esse patrimônio que se mantém é considerado absolutamente singular no contexto cultural brasileiro e vem despertando, há algum tempo, o interesse da SPHAN/próMemória, que atua como incentivadora de sua preservação.

São muitas das antigas “picadas” — linhas ao longo das quais se demarcavam os lotes — hoje estradas, ocupando vales cultivados em regime de pequena propriedade, quase sempre com jardins floridos em frente às varandas. Quando são regiões leiteiras, o pasto para o gado ocupa parte dos morros.

Como proteger um patrimônio com estas características?

Esta é a pergunta que a SPHAN/próMemória vem fazendo e procurando responder, desde 1981, quando da realização de um simpósio em Florianópolis, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e da Fundação Catarinense de Cultura, reunindo representantes de diversos municípios. O objetivo foi o de debater as fórmulas para a proteção daquele patrimônio, de características não monumentais, basicamente rural, construído com matéria-prima frágil — madeira externa e tijolos cozidos artesanalmente — e constituído em grande parte pela relação do homem com o meio natural.

Em 1983, com a instalação do Escritório Técnico da SPHAN/próMemória em Florianópolis, iniciaram-se, também com a participação da Universidade e da Fundação Catarinense,



Casa da “Varanda” — Testo Rega — Pomerode

os trabalhos de inventário do acervo cultural em seis municípios de Santa Catarina: dois de ocupação italo-brasileira (Nova Veneza e Urussanga), dois de ocupação luso-brasileira (São Francisco do Sul e Laguna) e dois de tradição teuto-brasileira (Joinville e São Bento do Sul). No mesmo ano, por ocasião da grande enchente, iniciou-se o “Inventário de Emergência”, que possibilitou uma amostragem ampla do patrimônio de mais de 50 municípios.

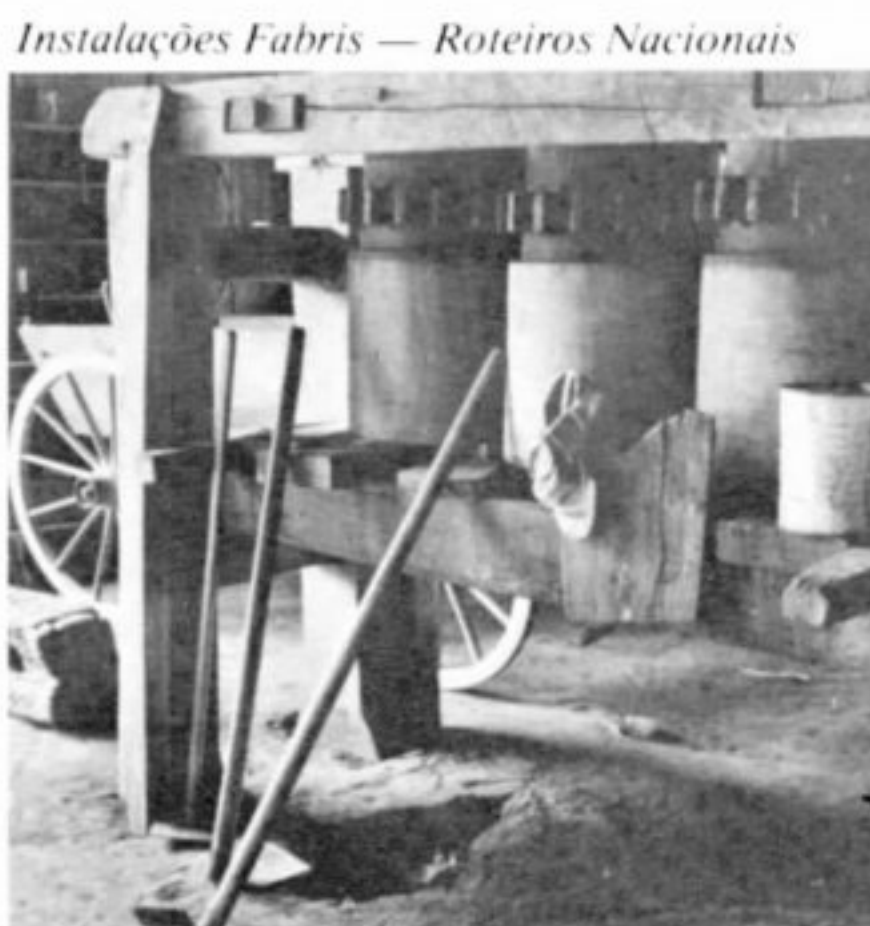
O inventário prosseguiu em 1984, nas cidades de Timbó e Pomerode, simplificando-se as fichas de campo, em função da enormidade do patrimônio a ser inventariado. Em 85, após avaliação do andamento dos trabalhos, optou-se por uma redução ainda maior das informações trazidas de campo, referentes a cada unidade arquitetônica, passando a ser priorizadas as informações gerais sobre os caminhos percorridos, limitando-se a

mapear, avaliar e registrar sumariamente as edificações.

Com esta metodologia, foi possível realizar no município de Pomerode um simpósio sobre a preservação do patrimônio teuto-brasileiro. A proposta levada ao encontro, e aprovada, foi da interligação dos caminhos mais densos culturalmente, criando o que foi denominado “Roteiros Nacionais da Imigração”. O trabalho, desde então, fixou-se na formalização dos roteiros, ampliando as informações sobre os bens imóveis considerados mais importantes, buscando criar uma estrutura de animação e valorização dos roteiros.

Segundo o responsável pelo Escritório Técnico de Florianópolis, Dalmo Vieira Filho, a ideia dos “Roteiros” é a seguinte: — Por ser impossível a preservação de todo o patrimônio identificado, o objetivo é o de concentrar esforços nas áreas mais importantes, interligando-se e criando um grande eixo de interesse cultural. Ao longo desse eixo propõe-se o tombamento de aproximadamente 30 edificações a nível nacional. Complementando esta ação, os caminhos serão ainda objeto de legislação municipal de preservação ambiental. Serão criados também museus e pontos de venda de produtos locais, de referência cultural.

Na opinião de Dalmo, o eixo buscará não apenas atrair visitantes, mas que esta visita resulte em catalisador da promoção social que a região necessita, para que possa prosseguir como contexto cultural particular. — Verificou-se, por exemplo — explica Dalmo —, que o trabalho de preservação e valorização cultural é absolutamente sin-



Instalações Fabris — Roteiros Nacionais

tonizado com o trabalho de promoção e manutenção do homem no meio rural. O abandono desta área é o maior inimigo da preservação do patrimônio teuto-brasileiro de Santa Catarina. Assim, temos atuado sempre no sentido de valorizar a condição de agricultor, dos detentores desta cultura. Enquanto o colono continuar a produzir leite, sua casa estará arrumada, seu jardim florido, o pasto e as plantas verdejantes.

A elaboração dos “Roteiros Nacionais de Imigração” é um trabalho conjunto com os municípios catarinenses e o objetivo é oficializar o projeto, através do Ministério da Cultura, do governo do Estado e cerca de dez prefeituras. — Teremos como resultado desta ação a preservação de aproximadamente 500 casas, além da valorização de parte expressiva do interior de Santa Catarina. Estamos ultimando o acerto com as prefeituras quanto à legislação e concluindo a solicitação dos bens que julgamos devam vir a ser tombados. O levantamento fotográfico já está concluído. No futuro, a ação deverá estender-se a outros municípios, complementando e valorizando os “Roteiros” e a própria existência do patrimônio cultural teuto-brasileiro, parte importante do mosaico de nossa nacionalidade, conclui Dalmo.

O patrimônio

Constituído pela paisagem e por centenas de edificações que se caracterizam pela grande inclinação dos telhados, o patrimônio teuto-brasileiro de Santa Catarina tem como característica arquitetônica tradicional a utilização do tijolo à mostra. Este detalhe está presente nos enxaiméis — estruturas independentes, de madeira, em que o tijolo aparece apenas como material de vedação. É bastante frequente a disposição dos tijolos formando desenhos geométricos nas paredes, ora em função de sua colocação caprichosa, ora tirando partido da disposição diferenciada que a sua queima proporciona.

Na opinião de técnicos em preservação que atuam no local, “a honestidade da edificação, com sua estrutura totalmente aparente, e a beleza dos tijolos formando vedações torna a casa de enxaimel uma das mais perfeitas adaptações da arquitetura européia no Brasil”.

As varandas, que são sempre elementos adicionados posteriormente, apresentam com frequência trabalhos esmerados, em madeira, nos parapeitos e beirais. Internamente, as casas são rebocadas e pintadas com cores neutras; as esquadrias, ao contrário, muitas vezes são em cores vivas, o que



“Casa Holstein” — Holstein — Guabiruba



Casa Guabiruba do Sul — Guabiruba

oferece contraste especial com a estrutura negra ou marrom e com os tijolos alaranjados.

As plantas das edificações são muito semelhantes entre si: sala e quarto frontais; os fundos, um compartimento estreito e longo, quase sempre ocupando toda a largura da planta e frequentemente subdividido por tabiques de madeira. O sótão é sempre ocupado como quarto de filhos ou depósito. Não é incomum que a planta se prolongue para os fundos, com mais

quartos, cozinha, área de serviço, poço e até estrebarias, tudo sem descon-tinuidade da projeção do telhado principal. A estrutura da cobertura é sempre de caibros, que formam tesouras simples com os barrotes do sótão.

Este patrimônio, segundo visão técnica, só pode ser avaliado junto com a paisagem singular em que está inserido, ou seja, vales cortados por pequenos rios, emoldurados por vasta vegetação, natural ou plantada pelo colono.

Uma carta a Cascatinha



Até que ponto é possível a comunidade tornar-se a melhor guardiã do seu patrimônio cultural, sem conhecer seus direitos e deveres? Desenvolvimento e preservação devem caminhar juntos, mas de que forma? Como integrar a comunidade ao processo de preservação e, ao mesmo tempo, valorizar sua produção cultural?

Estas são questões que a “Carta ao Conjunto Fabril de Cascatinha”, desenvolvida pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória nesse núcleo histórico, localizado no 2.º Distrito de Petrópolis (RJ), pretende responder. Ou melhor, fazer com que a comunidade local encontre suas próprias respostas.



Fotos: Arquivo 6.ª DR

Distante apenas quinze minutos de Petrópolis, Cascatinha, famosa pela qualidade de sua água, ainda guarda bastante das características que motivaram o tombamento do seu conjunto fabril, em dezembro de 1981, pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pautado em seu passado de grande significado arquitetônico, histórico e sócio-econômico para a indústria têxtil no município de Petrópolis, com repercussão no Estado do Rio de Janeiro e em todo o país.

A “Companhia Petropolitana de Tecidos” de Cascatinha tornou-se conhecida e considerada pela qualidade de seus produtos, provenientes de um complexo arquitetônico fabril e residencial, de organização exemplar, à semelhança dos que existiram em outros países no século XIX.

Histórico

Em meados do século XIX a vocação econômica das terras e o clima de Petrópolis foram observados por estudiosos, que concluíram serem incompatíveis para a cultura agrícola, mas favoráveis ao desenvolvimento de núcleos industriais e comerciais.

Assim, na confluência dos rios Piabanha e Itamaraty, instalou-se em 1873 a “Companhia Petropolitana de Tecidos” — uma pequena indústria de fiação e tecelagem. Após treze anos de existência, inaugurou uma nova sede em um edifício com grande espaço interno — 15.000 metros quadrados de área — dotado de sólida estrutura e protegido por uma notável cobertura metálica, importada da Bélgica.

Vários prédios foram levantados próximos à grande fábrica, por iniciativa da mesma, para atender às necessidades de saúde, educação, profissionalização e lazer da Companhia e da população. Simultaneamente, os dirigentes da Companhia facilitavam os meios necessários à construção de habitações para os operários. Em 1896 havia mais de 200 unidades habitacionais e, diante de crises de moradia, a cada ano eram construídas novas vilas operárias, cuja manutenção era atribuição dos dirigentes da fábrica. Ao mesmo tempo, a Companhia investia na compra de novas terras.

O “Conjunto Fabril de Cascatinha” atingiu sua fase áurea nas décadas de 30 e 40, quando chegou a dispor de 347 casas destinadas aos operários. Estes eram atendidos pelas leis trabalhistas, com jornada de oito horas, férias, licença às gestantes e aposentadoria. O bairro era uma extensão da fábrica, dotado de uma infra-estrutura de assistência e serviços que lhe conferiam autonomia e caráter próprios.

O complexo arquitetônico formado pelos prédios antigo e novo da fábrica e pelas construções que atendiam às necessidades da comunidade, além das vilas operárias, arruamentos e pontes e a paisagem circundante — com os rios de águas cristalinas e os morros cobertos de vegetação — conferiram ao Conjunto Fabril de Cascatinha destaque e importância ambiental e histórica no contexto cultural de Petrópolis.

O progressivo declínio da Companhia aconteceu nas décadas de 50 e 60, determinado pela criação do fio sintético e a importação do produto estrangeiro. Com o processo de falência da atividade fabril, os proprietários da Companhia Petropolitana decidiram pelo loteamento de suas terras e a transferência de vilas aos seus empregados, através de hipotecas ao antigo IAPI — Instituto de Aposentadoria e Pensão dos industriários.

Além disso, o prédio da fábrica teve seus espaços internos subdivididos e locados a aproximadamente vinte fabriquetas de *jeans*, bijuterias, brindes e outros artigos. Essas empresas, em muitos casos, vêm mutilando e acabando de desfigurar o pouco que resta da construção. Tais fatores, somados à chegada de novos moradores, desvinculados das tradições do conjunto fabril, bem como ao surgimento de novas indústrias, determinaram à localidade um crescimento desorde-

nado e descompromissado com o seu valor cultural e histórico.

A carta

Com perfil de vila operária, que cresceu em função do processo de industrialização do país como um todo, Cascatinha teima em se descaracterizar, relegando a um segundo plano sua condição de área provida de bens tombados, por vários motivos sócio-econômicos mas, principalmente, pela falta de informações fornecidas pela SPHAN a seus habitantes.

Na tentativa de sanar esse impasse, prestando à comunidade os esclarecimentos necessários sobre a preservação de conjuntos tombados, está sendo entregue uma carta a todos os moradores do núcleo histórico definido pelo Conjunto Fabril de Cascatinha. O documento, do qual constam dados sobre o tombamento e sua legislação, formas de proteção e de incentivos fiscais à conservação de bens tombados, tem ainda como objetivo unir a população, os órgãos municipais e estaduais e a SPHAN/próMemória, através de um diálogo franco e aberto, pela preservação e valorização do lugar.

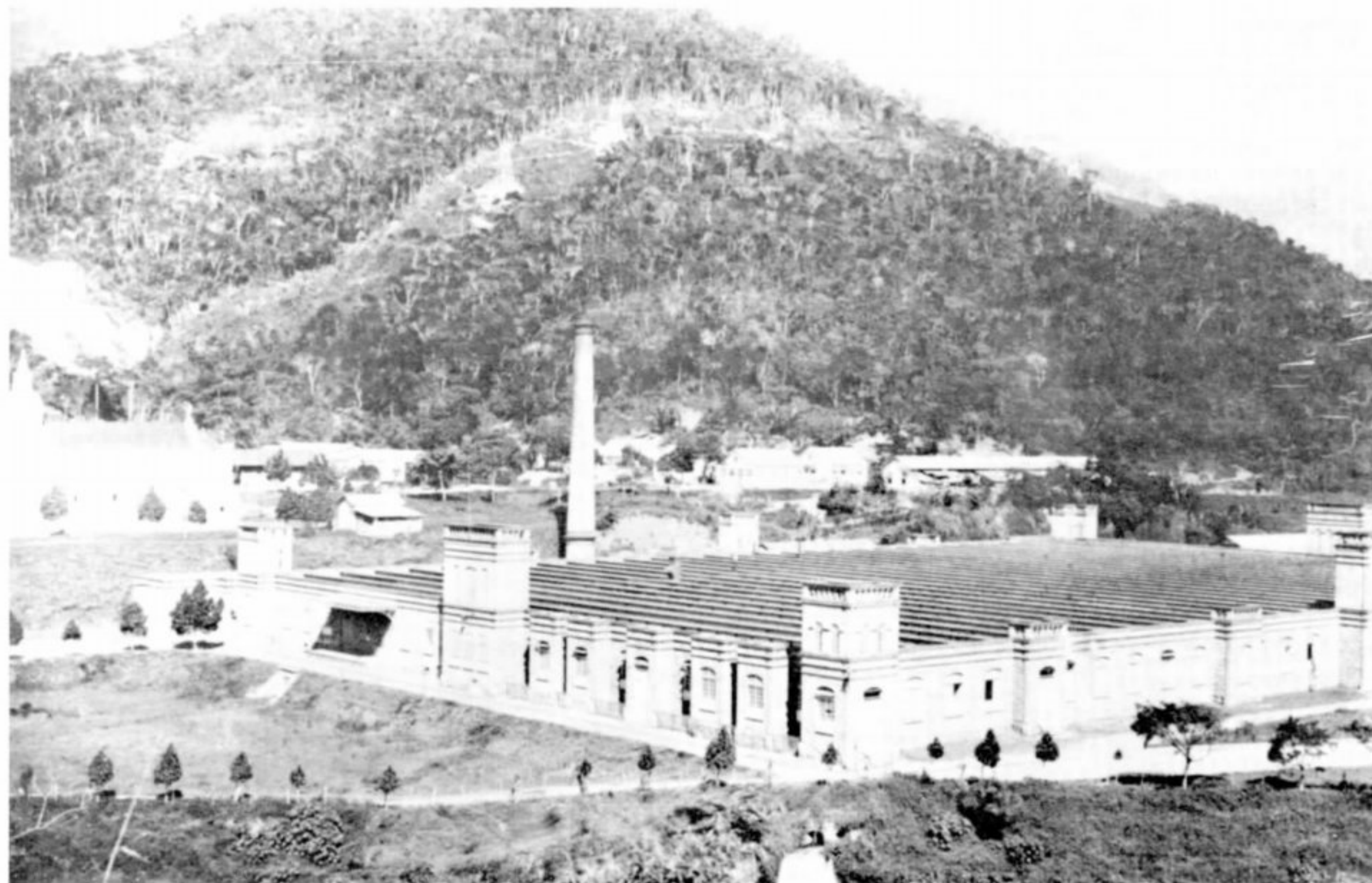
A “Carta ao Conjunto Fabril de Cascatinha” vem sendo desenvolvida por técnicos da 6ª Diretoria Regional desde o início de 1987. Durante alguns meses, Cascatinha fez parte de um amplo estudo desenvolvido pela Coordena-

doria de Proteção da SPHAN/próMemória, denominado “Vilas e Congêneres”. O objetivo era o de estudar o perfil de conjuntos similares a Cascatinha, visando subsidiar tecnicamente a análise de inúmeros pedidos de tombamento de localidades como essa que a instituição vinha recebendo.

A ênfase aos tombamentos efetuados pela SPHAN até então vinha sendo dada aos núcleos e centros históricos do período colonial brasileiro. No caso de vilas operárias, além de Cascatinha, foram tombadas a nível federal apenas a Avenida Modelo, no Rio de Janeiro, e duas vilas que estão incluídas no perímetro do Centro Histórico de Salvador (BA).

Para a Coordenadora Geral de Preservação de Bens Culturais e Naturais da SPHAN/próMemória, Dora Alcântara, o projeto “Vilas e Congêneres” busca conhecer melhor a realidade das vilas operárias e suas populações, utilizando conhecimentos de arquitetura e sociologia, para que possam ser “traçadas as diretrizes de intervenção que, simultaneamente, atendam ao dinamismo da vida do conjunto e à necessidade de preservar sua integridade”.

O projeto “Carta ao Conjunto Fabril de Cascatinha” foi iniciado com a realização de pesquisas bibliográficas. Após as pesquisas, foram recolhidas fotografias em vários arquivos e produzidas outras tantas. Desde então, a



população, as instituições municipais e a SPHAN/próMemória não pararam mais de se reunir, para produzir o texto final da Carta. Conforme explica a Coordenadora do projeto, Belmira Finageiv, “a redação tinha que ser bastante acessível e, ao mesmo tempo, conter as informações de forma satisfatória”. Paralelamente às reuniões, foi promovido entre os alunos da quarta série do 1.º grau das escolas locais um concurso de desenhos, sob o tema “Cascatinha”. O desenho vencedor foi reproduzido no documento.

Os trabalhos em Cascatinha não se encerram com a elaboração e entrega da Carta à comunidade. Ao contrário, existe a intenção de se realizar cada vez mais eventos capazes de integrar a população e revitalizar a produção cultural local. “Pretendemos fazer com que a população redescubra seus talentos, visando estimular as relações comunitárias ligadas à produção cultural”, explica Belmira Finageiv, para quem a SPHAN/próMemória não pode trabalhar sem um intercâmbio frequente de informações com os moradores de conjuntos históricos. “Seja através de cartas, ou com utilização de outros métodos quaisquer, o importante é que se busque a integração”, conclui a Coordenadora.

A população de Cascatinha é constituída por cerca de 35.000 habitantes. É marcante o desnível de poder aquisitivo no local, onde uma parte da população não ganha sequer um salário mínimo, não tendo, por isso, a menor condição de conservar seus imóveis; e outra, de poder aquisitivo real e com expectativas diferentes, que, por sua vez, promove alterações nas fachadas e no interior das casas.

Essa análise da população, feita pela representante do Escritório Técnico da SPHAN/próMemória em Petrópolis, Ana Carmen Jara Casco, é, para ela, “fruto da leitura da própria arquitetura local, que podemos ver sendo modificada diariamente”. Segundo Ana Carmen, embora estejam sendo feitos contatos frequentes com as lideranças comunitárias, é fundamental que se chegue à comunidade como um todo, “num processo de conscientização integral e não apenas com parcelas mais esclarecidas”, frisa.

Hoje, moram só na área tombada de Cascatinha, onde estão as vilas operárias com cerca de 360 casas, mais de 2.000 pessoas, sem contar com a área de entorno, onde as encostas estão quase todas ocupadas desordenadamente, em forma de favelas, e não se tem noção nem aproximada da sua crescente população.

Para Ana Carmen, a tarefa mais difícil a ser realizada será a busca da

*Vila da Rua Padre Carelli,
neste trecho, preservada*



*“Quartos”, Rua Bernardo
Proença, que perde aos
poucos suas características*

harmonização dessa área com as demais, esteticamente falando, ou seja, “estabelecer critérios para que essas moradias, e as que inevitavelmente surgirão, se harmonizem com o núcleo histórico. Logicamente, quando se fala em um trabalho comunitário com esse objetivo, deve-se entender como comunidade, também, as Secretarias e demais entidades municipais”, completa.

O outro lado da história

Na visão da presidente da Associação de Proteção aos Mananciais do Alcobaça — a mais antiga das oito associações existentes em Cascatinha —, Vilma Borsato, “a SPHAN/próMemória está fazendo agora exatamente o que já deveria ter feito na época do tombamento: divulgar os direitos e as obrigações dos moradores”. Segundo Vilma, grande parte da população não aceita ou simplesmente desconhece o tombamento, porque na ocasião da sua homologação não foi feito um trabalho de conscientização junto à comunidade. “Muitas pessoas pensam até mesmo que tombar significa derubar o imóvel”, acrescenta.

“Logicamente, para uma popula-

ção que viveu durante tanto tempo um regime de ‘paternalismo escravagista’, em torno da fábrica, onde alguns habitantes não haviam nem mesmo saído de Cascatinha uma única vez, libertar-se significava implantar mudanças, e muitas dessas descaracterizavam os imóveis”, conclui Vilma Borsato.

De acordo com Geraldo Duarte, presidente da Associação Padre Carlos Carelli, a SPHAN/próMemória poderia fazer-se mais conhecida com a execução de obras no local. “Restaurar a pracinha e o coreto, por exemplo, seria um bom começo para divulgar a imagem e as normas da instituição aqui em Cascatinha. Eu acredito que isso, somado principalmente a uma fiscalização rigorosa, que não ocorre de fato, poderia fazer com que diminuísse o ritmo acelerado desse processo de descaracterização”, sugere.

Já no entender do Secretário de Cultura de Petrópolis, Fernando Portella, a realização do projeto ensinou que “nenhum processo, principalmente de caráter cultural, existe sem a participação comunitária. E a Prefeitura nada realizará sem que haja interesse e motivação por parte da comunidade”.

Paracatu tem Núcleo Histórico protegido por lei

Fundada durante o ciclo do ouro, Paracatu, cidade histórica de Minas Gerais situada a 220 quilômetros de Brasília, no extremo oeste do Estado, guarda em sua arquitetura expressivo acervo cultural, que, agora, dispõe de um instrumento específico para a sua proteção — a lei Municipal n.º 1.517, de 28 de agosto de 1987.

A aprovação dessa legislação veio recompensar os esforços empreendidos pela comunidade paracatuense visando à preservação de seu patrimônio histórico-cultural e que resultaram na criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Paracatu, instalado em julho de 1985 (SPHAN n.º 34, págs. 14 a 17 e n.º 37, pág. 23).

Os estudos que concorreram para a elaboração da proposta de preservação são fruto da iniciativa tomada pela Prefeitura Municipal de Paracatu e das ações empreendidas na cidade, a partir de 1984, pela SPHAN/pró-Memória.

A Lei n.º 1.517 estabelece o Núcleo Histórico de Paracatu, integrado por três áreas de proteção, cujas normas são adequadas às suas características e complementares entre si: a *Zona de Preservação Central*, na qual predomina a arquitetura tradicional; a *Zona de Preservação Complementar*, que compreende a área urbana de consolidação

do entorno do núcleo antigo; e a *Zona de Preservação paisagística*, que abrange a região formada pelos vales dos córregos que circundam a cidade.

Além de estabelecer o Núcleo Histórico e definir os seus limites, a legislação de proteção regula as condições de ocupação e uso do solo, as demolições, reformas, ampliações e construções novas, bem como a instalação ou utilização de elementos de comunicação visual, equipamentos e mobiliário urbanos.

Zonas

A *Zona de Preservação Central* compreende a parte mais antiga da cidade, que reúne os conjuntos arquitetônicos tradicionais; seus limites abrangem não só esse acervo, mas também alguns trechos onde o controle da altura das edificações é importante para evitar interferências desaconselháveis ao conjunto.

As normas de proteção aprovadas para a área permitem as atividades de comércio e serviços ali existentes, absorvem as novas que lhe sejam compatíveis, sem prejuízo, contudo, da principal função urbana que ela exerce, que é a de zona residencial, razão de ser de sua vitalidade e permanência como exemplo de cidade tradicional. O gabarito permitido na área é de dois pavimentos, sendo permitida a edifica-

ção de subsolo nos casos de ampliação ou construção nova.

Embora compreenda inúmeras edificações tradicionais, a *Zona de Preservação Complementar* apresenta uma arquitetura representativa de épocas posteriores àquela observada na *Zona de Preservação Central*. Abrange áreas afastadas do núcleo original da cidade, situadas dentro do perímetro para ela definido. Trata-se de locais que foram durante muito tempo bairros de população pobre, onde predominavam construções precárias, de taipa e sapé. Tais áreas periféricas ao antigo núcleo urbano constituíam-se em caminho de ligação entre a cidade e as atividades que se desenvolviam em suas redondezas.

De qualquer forma, não é a sua arquitetura, cujos exemplares mais interessantes aparecem geralmente esparsos no tecido urbano, que definiu os limites propostos, mas sim a própria consolidação dos antigos caminhos que demandavam à cidade.

Isso explica a atenção com as condições urbanísticas que regem a ocupação da área; o mais importante é a preservação do tecido urbano, sobretudo a sua estrutura viária e a sua ocupação de forma não contrastante com a *Zona de Preservação Central*, o que não significa o desprezo pela arquitetura exemplar ali existente, que deve ser objeto de propostas preservacionistas.



Conjunto da Rua Américo Macedo

O conjunto de medidas de proteção reflete uma preocupação com a possível ocupação desordenada na área, que poderia causar um desequilíbrio com o núcleo central, que possui um controle mais rigoroso.

Além dos aspectos históricos, a *Zona de Preservação Paisagística*, formada pelos vales dos córregos que circundam a cidade, é fundamental para a manutenção da configuração original do núcleo, pelo menos no que se refere à sua parte mais central e antiga. A não preservação dos espaços naturais ainda existentes ao longo dos córregos acabaria por provocar a sua ocupação urbana, tornando-a indistinta da ocupação original, descaracterizando o núcleo urbano ainda hoje bem demarcado.

Pela legislação aprovada, a *Zona de Preservação Paisagística* compreenderá, entre outras áreas, um parque público abrangendo as terras públicas ou desapropriadas para tal fim.



Residência à Rua Temístocles Rocha, onde nasceu Afonso Arinos

Fotos: Arquivo IEPHA (MG)

Uma experiência de trabalho integrado

Ao final de 1983, o Prefeito de Paracatu, Diogo Soares Rodrigues, manteve contatos com a SPHAN/próMemória em Brasília e em Belo Horizonte, através da 7.^a Diretoria Regional, com o objetivo de obter orientações sobre a conservação e preservação da área antiga da cidade. Possuidora de um acervo arquitetônico bem conservado, apesar de existirem edificações em estado precário, Paracatu sofreu descaracterizações urbanas em consequência de reformas e modificações das fachadas de muitos de seus prédios antigos, além de um grande número de demolições e substituição desses imóveis por construções novas, em estilo moderno. Ainda assim, a cidade detém um considerável número de construções coloniais, testemunhos de seu passado, que por suas características e riquezas de detalhes justificam ser preservadas e revitalizadas como parte importante de sua história.

No início do ano seguinte foram realizados, por técnicos da SPHAN/próMemória e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), levantamentos cadastrais nos prédios da antiga Escola Normal e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, além de avaliações e definições dos trabalhos a serem desenvolvidos no Núcleo Histórico de Paracatu. Em uma dessas reuniões técnicas, que contou ainda com a participação de um representante da

FUNARTE e moradores de Paracatu, foi incentivada a criação de entidades dirigidas para atividades culturais. A resposta foi a melhor possível, pois, em novembro de 1984, foi criada a Associação do Movimento Cultural de Paracatu, com o objetivo de conscientizar a comunidade para a importância da preservação e valorização de seu patrimônio histórico-cultural.

A comunidade e a Prefeitura Municipal colaboraram com o IEPHA/MG e a SPHAN/próMemória no levantamento de informações e documentos sobre a história dos prédios antigos da cidade. Os entendimentos, estudos e procedimentos mantidos resultaram na assinatura de um convênio, ao final de 1984, entre a Prefeitura Municipal e a SPHAN/próMemória, visando à execução de serviços urgentes na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e à primeira etapa de restauração do prédio da antiga Escola Normal.

Outro resultado alcançado pelo movimento que se criou na cidade pela preservação de seu acervo cultural foi a instalação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Paracatu, constituído por representantes da Prefeitura e Câmara Municipal, dos moradores do Núcleo Histórico, da Associação do Movimento Cultural de Paracatu, dos folcloristas, dos produtores de arte e cultura, dos engenheiros e arquitetos, de

profissionais da área de educação e de um advogado. Durante a solenidade de instalação do Conselho, em julho de 1985, foi assinado convênio entre a SPHAN/próMemória e a Prefeitura Municipal para a realização de obras de restauração na Igreja de Santo Antônio, matriz de Paracatu.

Um terceiro convênio foi assinado, em novembro de 1986, também entre a Prefeitura e a SPHAN/próMemória, para dar continuidade às obras de restauração da antiga Escola Normal e das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e Matriz de Santo Antônio, como também para o Estudo de Preservação do Núcleo Histórico de Paracatu. Na mesma ocasião, a Prefeitura lavrou termo de compromisso tendo em vista esse Estudo, para estruturar e manter equipe para os serviços de obras urgentes que deverão ser desenvolvidos no Núcleo Histórico e para os trabalhos de orientação técnica e apreciação dos projetos relacionados com as intervenções e implementação da Legislação de Proteção do Núcleo Histórico.

Os convênios assinados estabelecem que a administração das obras de restauração, o fornecimento e pagamento da mão-de-obra e materiais básicos ficam a cargo da Prefeitura Municipal, sendo que os recursos financeiros para a aquisição de materiais, projetos e apoio técnico são de responsabilidade da SPHAN/próMemória.

Museu Oceanográfico: projeto educativo amplia visão de preservação

A cidade do Rio Grande, distante 307 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, está vinculada desde a sua origem ao ambiente marinho, não só em termos geográficos mas também culturalmente. Existem estreitas relações de características culturais, ambientais, sociais e econômicas entre a comunidade e o oceano. A identificação do homem com seu meio e sua cultura constitui a base fundamental do programa educativo do Museu Oceanográfico.

Fundado em setembro de 1953 com o objetivo de colecionar espécimes marinhos, como peixes, moluscos, conchas, crustáceos, o museu reúne informações visando despertar o interesse da população sobre as riquezas do mar. Sua sede, de concepção arquitetônica moderna, foi construída em 1973 com o apoio da Fundação Cidade do Rio Grande; em 1975, o museu foi doado à Fundação Universidade do Rio Grande. Hoje ele abriga uma imensa coleção de animais marinhos — possui cerca de 150.000 exemplares de moluscos —, sendo considerado o mais completo da América Latina no gênero.

A criação e implantação desse núcleo de estudos marinhos deve-se à iniciativa pessoal de dois cientistas: o Professor Eliézer de Carvalho Rios, atual diretor do museu, e o biólogo Boaventura Nogueira Barcellos, já falecido. A Universidade do Rio Grande homenageou-os no ano passado, dando ao museu o nome do Professor e ao Laboratório de Ictiologia, o nome do biólogo.

Programa educativo

O trabalho pedagógico em museus remonta ao século XIX. O grande impulso nessa área se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os dirigentes de museus começaram a tomar consciência das suas responsabilidades não somente em relação aos objetos, sua conservação, estudo e exposição, mas também no que se refere à sua interação com a sociedade. Des-

O Programa Integrado de Reforço Cultural, desenvolvido pelo Museu Oceanográfico da Fundação Universidade do Rio Grande (RS), é um dos projetos aprovados pelo Sistema Nacional de Museus, do Ministério da Cultura, em 1987, dentro de sua nova política para o setor (SPHAN n.º 38, págs. 10 e 11). Dirigido a estudantes de 1.º e 2.º graus, o Programa tem como objetivo principal a valorização e salvaguarda do patrimônio cultural e natural do Rio Grande e tem como integrantes, além da Universidade, o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental e o Centro Municipal de Cultura, ambos da Prefeitura, o Museu da Cidade do Rio Grande e o Comando do 5.º Distrito Naval, do Ministério da Marinha.



Visita ao Museu Oceanográfico

sa forma, foram criados dentro dos museus setores com uma função educativa específica, cujas ações variam segundo as características de cada local e de acordo com o conteúdo dos

museus e seus objetivos pedagógicos.

A relação entre a criança e o museu se estabelece, na maioria das vezes, através da escola, em conexão com os temas do programa curricular, dirigin-

do-se a grupos divididos por idade, nível de conhecimento e interesses definidos. Deve haver uma comunicação direta entre o setor educativo do museu e o sistema escolar.

Tal experiência vem se realizando no Museu Oceanográfico da Fundação Universidade do Rio Grande desde junho de 1986, quando foi criado o Programa Integrado de Reforço Cultural, que sob o tema “Rio Grande Marítimo” proporciona atividades extracurriculares aos alunos de 1.º e 2.º graus das escolas municipais e estaduais da cidade.

Segundo o coordenador do Programa e vice-diretor do Museu Oceanográfico, Lauro Barcellos, o objetivo maior “é fazer com que as crianças tenham consciência crítica e se identifiquem mais com sua cultura, despertando nelas os valores culturais da região”. Por Rio Grande ser uma cidade essencialmente marítima, o enfoque dado ao programa educativo não se prende às suas características sócio-econômicas e históricas, mas enfatiza os aspectos oceanográficos e ecológicos desse universo.

Duas escolas por mês visitam durante uma semana as instituições que integram o Programa. Cada dia da semana é dedicado a uma atividade diferente. Os alunos iniciam com uma visita ao Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental, onde, através de aulas informais, adquirem conhecimentos sobre o ambiente em que vivem, aprendendo conceitos como *estuário*, por exemplo. Em seguida vão ao Museu Oceanográfico, onde produzem desenhos, maquetas, cartazes, inspirados em tudo o que lá observam e aprendem.

A próxima etapa consiste na visita ao Museu da Cidade, que funciona no prédio da antiga Alfândega — construído no século XIX e tombado a nível federal em 1967 —, onde os alunos recebem noções sobre a história do Rio Grande. Ainda no Centro Histórico da cidade, os alunos percorrem algumas ruas e conhecem monumentos, como a Igreja Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, do século XVIII e tombada desde 1938, que abriga o Museu Sacro, além do Mercado Municipal, as praças Dr. Pio e Xavier Ferreira e a Biblioteca Pública.

No Comando do 5.º Distrito Naval e Capitania dos Portos as atividades incluem a exibição de filmes, a apresentação do Coral do 5.º Distrito e um passeio de lancha pelo estuário. Por fim, os alunos organizam no Centro Municipal de Cultura uma exposição dos trabalhos produzidos durante a semana de instrução do programa educativo.



Prédio do Museu Oceanográfico



*Produção dos trabalhos —
Centro Municipal de Cultura*

Fotos: Arquivo Museu Oceanográfico

A descoberta do antigo

Rio Grande do São Pedro deu origem ao atual Estado do Rio Grande do Sul. O lugar não é apenas o único porto marítimo do Estado, mas a sua primeira cidade e capital, função que exerceu por duas vezes, até 1836. Sua história remonta ao ano de 1737, quando José da Silva Paes lá desembarcou comandando guarnições e empreendeu a construção do Forte Jesus, Maria e José, para estender a soberania portuguesa, expandir os limites do Tratado de Tordesilhas e enfrentar os espanhóis que, no entanto, dominaram o lugar de 1763 a 1776.

A história do Rio Grande faz com que seus moradores se orgulhem de sua tradição de guardiães e formadores do território e civilização sul-riograndenses, segundo o historiador Sued Oliveira. Essa história, aliada a noções talvez pouco abordadas em salas de aula, como por exemplo a vida dos camareiros, o conceito de estuário, o mapa da cidade, o que é um Museu Sacro e um Centro Histórico, ainda despertam grande interesse, conforme se verifica nos depoimentos de três alunas da Escola Mascarenhas de Moraes, todas com 13 anos de idade, que a seguir emitem suas opiniões sobre o Programa Integrado de Reforço Cultural:

“Eu achei que o projeto foi legal, porque assim eu conheci mais meu Rio Grande, as coisas da minha terra. (...) Parece incrível, mas eu conheci coisas que eu nunca imaginei que existissem aqui. Faz 13 anos que vivo aqui em Rio Grande e em cada lugar que passo tudo é novo, tudo é lindo. Com esse projeto eu aprendi a gostar mais da minha cidade. Quando vierem outras crianças aposto que gostarão também. Se fosse possível, acho que todas gostariam de aprender assim como nós(...).” (Gisele Simões Lauriente)

“Eu achei muito importante (o programa educativo). Foi ótimo, valeu muito, será muito útil na nossa vida, pois muitas coisas nós não sabíamos e tem muita gente que ainda não conhece (...).” (Ana Sílvia Nunes da Silveira)

“Este programa foi uma aula, porque aprendemos muitas coisas. Aprendi a gostar da cidade em que vivo. Eu ouvia falar de várias coisas, mas eu não sabia o que eram. Nós não damos valor ao que temos em nossa cidade porque não conhecemos. Com esse programa conhecemos várias coisas e poderemos transmitir tudo o que aprendemos para nossos colegas.” (Márcia Geovane)

Inventariar o Patrimônio Cultural Brasileiro é uma tarefa que vem sendo discutida há muitos anos. A SPHAN/próMemória decidiu que em 1988, já batizado como Ano Nacional do Inventário, as atenções devem ser voltadas para essa necessidade de conhecer com detalhes o que se preserva. Para falar sobre o assunto, o *Boletim SPHAN/próMemória* entrevistou o Coordenador de Registro e Documentação (CRD), Sidney Solis, e a responsável pelo Setor de Inventários de Bens Imóveis da CRD, Lia Motta, que já vêm há algum tempo pensando e realizando trabalhos na área de inventários, tendo como experiência principal o Centro Histórico de São Luís

— *A Direção da SPHAN/próMemória, após realização de encontros que envolveram, no final de 1987, todos os segmentos da Instituição, determinou que 1988 será o Ano Nacional do Inventário. O que isso representa para a Instituição e para a cultura brasileira como um todo?*

SS — Inventariar o patrimônio cultural brasileiro é uma coisa que devia ter acontecido em paralelo às tarefas de preservação. Como podemos proteger um patrimônio se não se conhece sua extensão e na profundidade requerida? Isto está sendo dito desde 1947, quando Lúcio Costa propôs que se parasse a Instituição durante três anos para se fazer um inventário completo. Acontece que a SPHAN, logo em seguida a sua criação, foi obrigada a iniciar uma fase de tombamentos, devido a razões urgentes na época, e não pôde concretizar a idéia do inventário. Eu acho que a tarefa de inventariar o patrimônio cultural brasileiro é, indiscutivelmente, uma das principais atribuições da SPHAN/próMemória. Por isso, a Coordenadoria de Registro e Documentação está implantando as Coordenações Nacionais, tanto de inventário de bens imóveis, quanto de bens móveis e integrados, desde fevereiro de 87. Apesar das dificuldades de recursos, entre outras, temos muita esperança que este ano traga um novo alento para esse tipo de atividade, e desperte a casa para essa necessidade, não apenas na área de bens móveis ou imóveis, mas também nas de sítios arqueológicos, acervos documentais, acervos museológicos, enfim, todos os bens culturais de interesse da instituição e do Brasil.

— *Os processos de tombamento guardados no Arquivo Central da SPHAN/próMemória possuem uma documentação bastante grande sobre os bens tombados. Isso pode ser considerado inventário?*

LM — Diante de um conceito mais atual de inventário, não. Pode ser considerado como um importante acervo de levantamentos parciais sobre os bens tombados.

O que acontece é que os inventários, a partir da década de 60, passaram a ser considerados, de um ponto de vista metodológico, como sistemas de informação, atualizáveis e passíveis de divulgação, obedecendo a um padrão de informação que se baseia numa conceituação precisa e uniforme sobre o universo a abordar. Este tipo de trabalho ainda não foi feito pela SPHAN/próMemória, nem sobre os bens tombados nem sobre os bens culturais que em potencial deveriam ser conhecidos.

Na verdade, a SPHAN substituiu no início de seus trabalhos a necessidade de fazer um inventário de conhecimento por uma convicção interna própria sobre os valores principais a preservar. Eram valores considerados autenticamente nacionais pelo pensamento modernista imperante no Patrimônio. Incluíam basicamente obras do século XVIII e alguns exemplares de arquitetura modernista. O universo a preservar já estava determinado e na maioria das vezes uma foto e dados históricos que comprovassem aquela qualidade temporal e estilística de época eram suficientes para suprir o processo de tombamento.

— *Quer dizer que a Instituição nunca chegou a fazer um inventário mais substancial?*

LM — Sob o nosso ponto de vista, não. Foram várias as iniciativas para inventariação e existem inventários parciais feitos. Após a fase inicial começaram a aparecer solicitações diversificadas de tombamento e o conceito de bem cultural foi ampliado levando a uma preocupação mais frequente com inventários, até mesmo sob a forma da citada carta do Dr. Lúcio. Esta preocupação resultou em inventários parciais fragmentados, por temas, estilos ou regiões, mas que não dão um quadro geral do patrimônio, nem se constituem num modelo de informação padrão que possa garantir as várias necessidades de conhecimento que a instituição tem para execução de um trabalho de caráter nacional.

Foram feitos, por fim, vários levantamentos mais detalhados de alguns bens tombados em função de obras de conservação, mas também não proporcionam uma visão geral, ou seja, são levantamentos que não têm relação entre si.

SS — É importante dizer que nos últimos anos as DRs têm realizado uma quantidade enorme de inventários, principalmente de conhecimento, baseadas na necessidade de descoberta de valores regionais demonstrando um potencial da casa a ser costurado para se constituir numa iniciativa de abrangência nacional.

— *Quais seriam as principais vantagens de se ter um acervo inventariado?*

LM — Os inventários podem ter vários objetivos e várias formas de serem utilizados. O importante é estabelecer um método e um tipo de informação adequado aos objetivos.

Internacionalmente têm sido adotados três níveis de inventário para bens imóveis seguindo termos sugeridos pelo técnico consultor da UNESCO Guilherme Trimino: inventário de simples conhecimento, inventário de proteção e inventário científico. Decidimos empregar estes termos adaptando-os em parte às nossas necessidades.

A primeira vantagem de um inventário seria conhecer e registrar o acervo imobiliário do país, que no nosso caso é imenso e muito diversificado. Além do registro amplo, mesmo de valores que vão desaparecer, um inventário de conhecimento é um instrumento eficaz para a seleção dos objetos que devem ser preservados. Inventários de proteção possibilitam um melhor embasamento para as medidas de conservação do acervo preservado por alguma forma legal, como, por exemplo, o tombamento. Este inventário deve possibilitar uma leitura mais completa dos bens neles contidos, objetivando sua melhor conservação. O inventário científico teria a vantagem de proporcionar uma especialização do conhecimento.

Discute-se hoje no Brasil a possibilidade de um uso para o inventário, que, à semelhança da legislação francesa, possibilite uma classificação com a consequente proteção aos bens classificados, sem a necessidade do tombamento. O próprio registro e classificação garantiriam a preservação.

— *Dentro da visão mais recente de inventário, quais as propostas da Coordenação de Registro e Documentação na área do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?*

SS — A idéia é de institucionalizar os inventários como um processo, um sistema, um trabalho de rotina da casa. A CRD definiria metodologias e faria a coordenação, o acompanhamento e a avaliação dos inventários realizados nas várias Regionais, visando a uma política nacional de inventários e não a inventários dispersos.

Pretendemos, na área de bens imóveis, a execução dos três níveis de inventários a que a Lia se referiu, priorizando, no entanto, o inventário de proteção do acervo já tombado, principalmente dos centros históricos. Na verdade, existe um reconhecimento geral na SPHAN da dificuldade de continuar trabalhando nestes monumentos sem um conhecimento mais extenso e profundo de suas características. Consideramos uma das obrigações precípua da SPHAN/próMemória dar condições para uma proteção efetiva dos bens que já estão selecionados e legalmente protegidos.

Para os bens tombados individualmente temos um projeto de atualização dos processos de tombamento, que já está se encarregando de obter e organizar boa parte da documentação.

Programamos também o inventário de conhecimento. Até mesmo porque é também função precípua da Instituição selecionar novos bens para dar prosseguimento às ações de proteção. O maior problema neste tipo de inventário, em âmbito nacional, é a delimitação prévia do universo a abordar. Hoje, necessitamos reforçar a equipe permanente do inventário, que só conta com arquitetos e historiadores, visando a um estudo interdisciplinar histórico, geográfico e sócio-econômico, que possibilite um primeiro mapeamento de “agrupamentos culturais”, objetivando a montagem de um método e uma estratégia de atuação, associados já aos primeiros testes de campo junto a algumas DRS.

— *Isto quer dizer que vocês acham necessário diversificar os quadros profissionais?*

LM — Acharmos fundamental. O conhecimento sobre os bens culturais até há pouco tempo ficou restrito à SPHAN, que contou sempre com uma grande maioria de arquitetos, que por força de sua formação privilegiaram os aspectos que podiam perceber nos objetos, geralmente suas características estéticas. Extrair informações dos bens imóveis ou sítios urbanos, entendendo-os também como documentos, é uma condição fundamental para a própria conservação ou registro destas informações. Com a ampliação do interesse social sobre esses bens, incluindo-se os de outras categorias profissionais, passaram a ter explicados outros valores e é importante que

consolidemos hoje, no cotidiano, a prática destes novos conhecimentos.

— *Vocês se referem constantemente a uma relação entre os conceitos e o método; como isto se dá no processo de inventariação?*

LM — Existe uma relação constante de realimentação entre uma coisa e outra. Em função do entendimento que se tem de bem cultural, vai se buscar uma documentação que por sua vez vai levar a um novo entendimento. É, portanto, um processo constante de conhecimento que julgamos dever do Estado proporcionar.

— *A CRD resolveu iniciar seus trabalhos pelo inventário de proteção dos centros históricos. Por que São Luís foi o primeiro?*

SS — O trabalho conjunto com a DR de São Luís começou em julho do ano passado. A 2ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, no Maranhão, havia proposto em seu plano de trabalho para 87 a realização de um inventário do centro histórico. Já haviam iniciado os trabalhos pelas fotografias e pelo levantamento das plantas nos arquivos quando tomaram conhecimento da implantação do Setor de Inventário e nos procuraram. Juntamo-nos a eles para que aplicassem o método que já vínhamos elaborando desde fevereiro, e está sendo uma boa experiência para ambos. Pelo menos na CRD pensamos assim. Eles tinham um problema grande a enfrentar com o inventário, sem contar com uma estrutura que pudesse dedicar-se exclusivamente ao equacionamento do problema, e nós necessitávamos de um teste para revisão e finalização do método.

— *Em linhas gerais, no que consiste este método? Ele não segue nenhum inventário clássico já definido nacional ou internacionalmente?*

LM — Em parte sim, em parte não. Sim, porque uma série de parâmetros de conhecimento dos bens imóveis já estão estabelecidos e são da maior importância e porque o resultado final incluirá um fichamento contendo este tipo de informação sobre cada casa do centro histórico. Mas, por outro lado, montamos as informações e formas para sua apreensão e leitura com base numa crítica bastante cuidadosa das intervenções nos centros históricos e tendo como objetivo principal a necessidade de melhoria do desempenho da SPHAN/próMemória nas tarefas de conservação. Levamos em conta ainda um conceito mais atual de centro histórico. Em linhas gerais é necessário proporcionar uma documentação, de leitura ágil, que possibilite o reconhecimento do valor documental e da componente viva e dinâmica do centro histórico.

SS — É importante falar das grandes etapas que compõem este método, ressaltando que inclui um levantamento para análise crítica da atuação da SPHAN/próMemória nos bens tombados, uma vez que grande parte dos centros históricos já estão tombados há muito tempo. A ação da Instituição se insere como parte bastante significativa, em muitos casos, da trajetória destes bens. O trabalho que a Lia tem sobre Ouro Preto, por exemplo, demonstra que os resultados da nossa ação levaram a uma cidade muito diferente da que pre-

tendemos hoje de um bem tombado.

LM — Além deste tipo de trabalho, estamos propondo uma fase de pesquisa histórico-documental nas Regionais e no Rio, uma vez que a grande maioria dos documentos estão na CDR, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e em outros arquivos no Rio. Seria uma oportunidade para reproduzir estas informações, para criar bancos de dados nas DRS. Por falta de recursos, inicialmente, estas informações serão apenas listadas e transcritas para mapas atuais. Os trabalhos de campo são antecedidos, também, por pesquisa arquivística para identificação das plantas já disponíveis.

SS — Num segundo momento a CRD pretende referendar e agrupar essas informações em guias de fontes que muito auxiliarão as ações de proteção e conservação da casa. Para isto estamos implantando junto ao Arquivo Central da SPHAN/próMemória o projeto do Centro de Documentação do Patrimônio Cultural Brasileiro que irá dedicar-se a esta e outras tarefas similares no campo de registro e da documentação dos nossos bens culturais.

LM — A outra etapa é o trabalho de campo, que levanta informações gerais sobre as casas e seus terrenos, sua utilização, situação de propriedade e seus moradores.

Este material posteriormente seria resumido em pequenos textos e classificações em fichamento específico de cada casa e em tabelas, mapas e relatórios sobre o conjunto de forma a possibilitar sua divulgação e atualização. A idéia é ter as unidades todas desenhadas no conjunto para o relacionamento dos espaços e apreensão dos valores no todo.

— *Houve alguma questão mais difícil para a elaboração deste tipo de proposta?*

SS — A maior polêmica foi sobre a nossa pretensão de abordar o universo total dos centros históricos, casa por casa, e não por amostragem ou algum tipo de seleção prévia. Tínhamos, no entanto, algumas convicções quanto a isto, já que a relação que se estabelece entre os vários espaços, dentro e fora, e as várias implicações entre seus usos compõem o objeto tombado. Não é possível fazer, nesta medida, uma leitura parcial do conjunto. Além do mais, a SPHAN/próMemória quando intervém no controle das transformações e do crescimento, o faz sobre cada casa individualmente. Mesmo os lotes vagos são objeto de nossa proposta, uma vez que são em potencial áreas construídas. É preciso identificar estas áreas e entendê-las em conjunto. O que é interessante é que nas DRS, tanto em São Luís quanto em Salvador, onde havíamos discutido o método no mês de maio, em função do projeto Salvador proposto pela 5ª DR, não havia resistência a este tipo de levantamento. Era também proposta deles fazer o levantamento em todas as unidades. Estavam convencidos pela prática que têm em sua rotina diária de trabalhos de preservação. A amostragem não resolveria seus problemas mais imediatos e nem atenderia às necessidades de uma leitura mais completa do bem tombado.

— *Sabe-se que já foi realizado o inventário de 1/3 do centro histórico de São Luís.*

Para um trabalho começado em julho é uma boa marca?

SS — Os trabalhos em campo tiveram início em agosto e a parte do centro histórico tombado pela SPHAN tem 1.000 edificações. A média é de três casas e meia inventariadas por dia, por equipe, e eles já entraram em áreas de sobradões. Até o final do ano, o inventário estará totalmente concluído.

LM — O que eu achei incrível no ritmo empregado em São Luís foi a conclusão de que os cerca de trinta conjuntos históricos tombados pela SPHAN, que somam aproximadamente 20 mil edificações, poderiam ser inventariados, no mesmo ritmo, em apenas um ano, caso pudéssemos contar com 22 equipes. Isto, afinal, não é uma coisa exorbitante, se levarmos em conta que a Instituição tem 11 Diretorias Regionais. Corresponderia, em média, a duas equipes para cada DR.

— O sucesso desse trabalho certamente deve-se a um bom trabalho de campo. Como está montada essa estrutura?

LM — A DR contratou duas equipes de campo, que são constituídas cada uma por um arquiteto e dois estagiários de desenho técnico — lá não há faculdade de arquitetura. No escritório fica um desenhista técnico por equipe, que dá apoio para organizar o material e passar a limpo as plantas, e uma coordenadora. Está sendo uma experiência muito rica e já tivemos que reformular as fichas duas vezes, a partir da vivência de campo. São quatro fichas preenchidas por casa. Uma, chamada plana e altimétrica, em que se tem as medidas dos espaços da casa, a anotação dos usos; outra, de características arquitetônicas, com dados complementares à fotografia; a de entrevista, com os dados sócio-econômicos de utilização dos imóveis e a situação de proprietários; e uma ficha que trata do estado de conservação do imóvel. O inventário de São Luís está sendo também acompanhado por uma museóloga, que está ao mesmo tempo identificando o acervo móvel e integrado que existe nas edificações. Foi uma sugestão da 2ª DR, com o apoio do setor de bens móveis da CRD, e se tiver êxito poderá ser integrada ao método original.

— Pela quantidade de fichas tem-se a impressão que o inventário é bem detalhado. Por que inventário de proteção e não científico?

SS — A quantidade de fichas é mais uma questão de organização. Consideramos o inventário de proteção porque contém as informações básicas, correspondendo, assim, ao que é considerado, mesmo pela UNESCO, um inventário de proteção. Se começássemos a aprofundar as análises e mesmo obter uma documentação mais completa para atingir o outro nível de classificação, poderíamos perder-nos nas peculiaridades regionais ou num tipo de especialização do conhecimento e não realizaríamos um inventário de caráter nacional. Acabariamos realizando alguns poucos inventários considerados científicos.

— Quais as dificuldades encontradas no trabalho de campo?

LM — A dificuldade maior é entrar nas casas, porque se acaba invadindo a privacidade das pessoas. Até os banheiros são visitados! Em compensação, há uma boa colaboração da comunidade, fornecendo plantas das casas, o que facilita muito o trabalho.

— Para facilitar este acesso, qual o tipo de divulgação feita para a comunidade ter ciência do trabalho?

LM — A DR teve a intenção de fazer chamadas na TV e de colocar uma mensagem na conta de luz, mas não são coisas muito fáceis de conseguir. No entanto, a Diretoria Regional está preocupada com isto para a segunda etapa do trabalho. Por enquanto, a equipe está usando um crachá e leva aos moradores uma carta de apresentação. Quando encontra dificuldades de acesso às casas, que se dão principalmente pelo receio da função do Estado ali, é apresentada uma carta personalizada que explica em detalhes os objetivos do trabalho. Estas são sempre atendidas.

— Muito se fala em participação comunitária nos diversos segmentos da sociedade. No inventário isto também é importante?

SS — Parece que se tem a expectativa de que a comunidade venha a realizar por si mesma, espontaneamente, tarefas que cabem ao Estado realizar. Acho difícil que isso ocorra nesta extensão, especialmente no Brasil, onde a sociedade civil foi desencorajada de participar nas questões de Estado pelos sucessivos períodos autoritários que tivemos. A participação comunitária é desejável, mas creio que a primeira contribuição que podemos esperar é a cooperação com nosso trabalho, facilitando-o, a partir de uma boa divulgação do mesmo. O grande ganho comunitário do inventário está na sua capacidade de gerar nas comunidades a consciência sobre o lugar onde vivem, funcionando assim como elemento promotor e reforçador da cidadania. A partir daí, a comunidade poderia engajar-se e até propor novos trabalhos.

— Quais são os planos do Setor de Inventário de bens imóveis para 1988?

LM — A nossa idéia é, em primeiro lugar, acompanhar e participar da conclusão do inventário de São Luís, fazendo o mesmo em mais seis centros históricos onde já houve entendimento com as DRs. São eles: Ti-

radentes, Congonhas, Ouro Preto e Serro, em Minas Gerais, Pirinópolis, em Goiás, e Salvador, na Bahia. Pretendemos um entendimento nas outras DRs para adoção do método em seus centros históricos. Começaremos também a estudar o inventário dos monumentos tombados individualmente. É nossa intenção ainda deslanchar o inventário de conhecimento, provavelmente de forma mais acelerada, em função da declaração do Ano Nacional do Inventário.

— Qual o custo aproximado de um trabalho como o de São Luís, por exemplo?

LM — Contando o que foi gasto em 87 e o que está previsto para 88, cerca de 3 milhões e 600 mil cruzados.

— Para os próximos inventários, há interesse em procurar outras instituições para serem parceiras da SPHAN/próMemória?

LM — Há sim; este tipo de trabalho tem um interesse amplo que vai além da competência exclusiva da SPHAN. Portanto, o ideal mesmo é que ele seja feito em conjunto com outras instituições culturais e educacionais. Sem esquecermos, ainda, a possibilidade de parceria para o financiamento do trabalho. É preciso, entretanto, não perder de vista que as outras instituições também têm suas atribuições específicas e contam com uma estrutura geralmente pequena. Não podemos, portanto, ter parcerias como condição indispensável para o cumprimento de nossas competências.

SS — A parceria não é em si mesma uma palavra mágica que resolve todas as questões. Há necessidade de precisar os termos desta parceria. As instituições têm suas atribuições próprias, seus interesses, experiências e metodologias, e compatibilizar todos estes fatores requer negociação e uma definição bem clara de competência para cada parceiro. A parceria só é uma solução viável se estiver bem equilibrada no que toca aos objetivos, recursos financeiros e humanos. Do nosso ponto de vista, o inventário de conhecimento, principalmente, é de interesse de todos os órgãos de caráter cultural e educacional, mas a parceria neste caso deveria partir da proposição pela SPHAN/próMemória de um conjunto de informações básicas de interesse nacional. A partir daí, fica respeitada a flexibilidade necessária para que sejam acrescidas informações de caráter local ou regional.



No Museu Histórico Nacional Colonização e Dependência

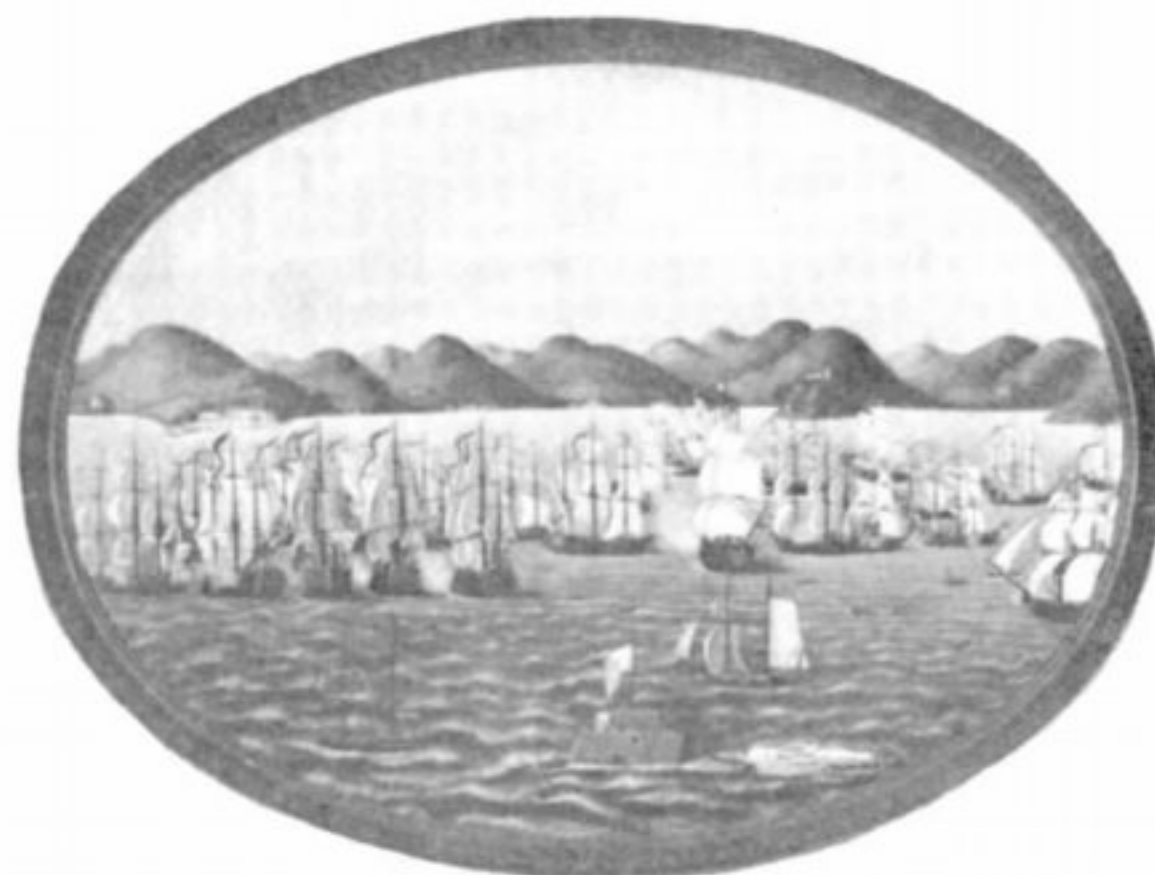
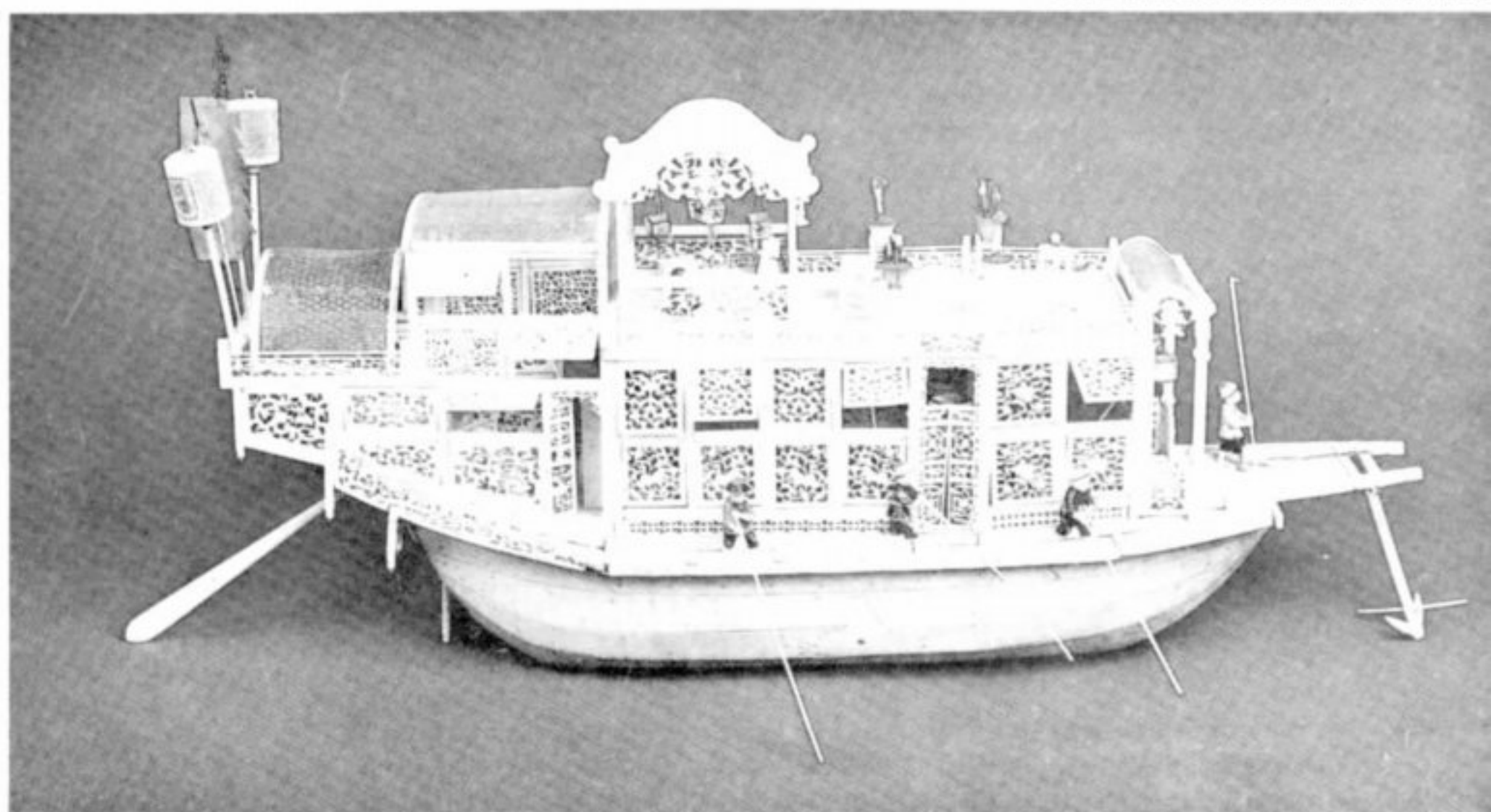


Foto: Arquivo Museu Histórico Nacional

O Museu Histórico Nacional, localizado na Praça Marechal Âncora, no Rio de Janeiro (RJ), tem 65 anos de existência e um acervo estimado em cem mil peças, que incluem pintura, escultura, mobiliário, prataria, cerâmica, moedas, medalhas, meios de transporte e documentos históricos. Em 1985 foi iniciado um processo de dinamização do museu, envolvendo desde restaurações em seu conjunto arquitetônico até a reformulação de sua exposição permanente, montada nos anos 50 e portanto bastante defasada (SPHAN n.º 35, págs. 15 e 19).

O novo circuito de exposição permanente, que será composto por cinco módulos distribuídos em dezessete salas, numa área total de cinco mil metros quadrados, enfocará a história do país com uma linguagem dinâmica e atual, utilizando o que há de mais moderno em técnicas de historiografia e museologia. Cada módulo poderá ser visitado separadamente, sem que haja perda de sequência ou prejuízo na mensagem. Além disso, os objetos passam a ser tratados como símbolos de sua época, capazes de “contar a história” dentro de um contexto mais geral, “falando” ao visitante mais sobre as circunstâncias em que foram usados do que sobre si mesmos.

A inauguração do módulo “Colonização e Dependência”, em dezembro passado, marcou o início da implantação dessa nova proposta conceitual para o circuito de exposição permanente do Museu Histórico Nacional. “Colonização e Dependência” enfoca as relações do Brasil com as metrópoles européias sob os pontos de vista social, econômico e político desde a colonização até o início deste século. Os outros quatro módulos, ainda sem títulos definidos, terão como temas centrais a expansão e a defesa do território nacional; o trabalho, a produção, a organização social e o lazer do povo; os vários fatos ligados às lutas pela liberdade e os transportes terrestres.



Brinquedo de Corda, em marfim — China, século XVIII. Presente no módulo I.



Santa do Pau Oco
(Madeira policromada,
Portugal, séc. XVIII)



*Menino Jesus — Bom Pastor
(Marfim, Índia, séc. XVIII)*

O módulo

O projeto de implantação do módulo “Colonização e Dependência” começou a ser desenvolvido em 1986 e contou com a participação direta de cerca de trinta técnicos, entre museólogos, arquitetos, historiadores, programadores visuais, educadores, designers industriais e outros especialistas.

Constituído por 523 peças, o módulo está montado em três salas, num total de 383 metros quadrados, e dividido em oito núcleos: “O Mar é o Caminho”, “A Ocupação da Terra”, “A Corrida do Ouro”, “Revolução e Ruptura”, “A Oficina do Mundo”, “O Império é o Café”, “Novos Braços para a Lavoura” e “Civilização nos Trópicos”.

No início do percurso, um painel de proporções gigantescas — 5,55 metros x 2,75 metros — de autoria do artista plástico Clécio Penedo, sintetiza todo o módulo, no qual estão expostos porcelanas chinesas e portuguesas, louças brasonadas da Companhia das Índias Orientais, instrumentos de navegação, armas, objetos utilizados para tortura, moedas, coroas, quadros, máquinas e instrumentos importados, entre outras preciosidades.

Ambientes de época, como a sala de uma residência aristocrática da segunda metade do século XIX e o escritório do Visconde de Mauá, além da maqueta mecanizada de um engenho de açúcar, trabalho do artesão Antônio de Oliveira, dão ainda mais vida ao módulo, que será complementado pela exibição, em vídeo-cassete, do filme “Histórias do Cotidiano: Brasil Século XX”. Neste trabalho, realizado pelo museu com o patrocínio das empresas Ipiranga, a atriz Henriqueta Briebe interpreta uma senhora nascida em 1900 que, ao relatar a história de sua vida para a neta, vivida por Mariana de Moraes, repassa aspectos da história do Brasil neste século.

Preservados 130 anos de homeopatia

A SPHAN/próMemória recebeu no dia 28 de dezembro, da Fundação Roberto Marinho, a Farmácia Teixeira Novaes, que agora faz parte do acervo permanente do Museu Histórico Nacional (RJ), integrando o módulo Colonização e Dependência. Trata-se de uma das farmácias homeopáticas mais tradicionais do Rio de Janeiro, que, numa segunda-feira de 1983, após 130 anos de funcionamento, amanheceu com as portas fechadas. O motivo: José Teixeira Novaes, àquela época com 80 anos, herdeiro da casa fundada em 1853, não tinha mais condições de manter aberto o estabelecimento. A saúde precária, em decorrência de uma fratura na perna, e o aumento nos preços dos medicamentos foram decisivos para que José Teixeira decidisse vender o prédio da Rua Gonçalves Dias, 61 à Casa São João Batista Modas.

Todavia, o fechamento da Pharmacia Homeopathica Teixeira Novaes, cadastrada em 1982 pelo “Inventário do Acervo Cultural Farmacêutico no Brasil” como parte do projeto “Memória da Farmácia”,

realizado pela Fundação Roberto Marinho e Roche Produtos Químicos e Farmacêuticos, motivou um acordo entre a Fundação, o INEPAC — Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (RJ) e a Casa São João Batista Modas, que garantiu a preservação integral do acervo móvel da Teixeira Novaes. Este foi transferido à Fundação Roberto Marinho, que decidiu encaminhá-lo à SPHAN/próMemória.

Estará preservado agora, no Museu Histórico Nacional, um dos acervos mais significativos da história da farmácia no Brasil. O interior da Teixeira Novaes está montado com suas características originais, mantendo os armários de madeira torneada, abrigando uma coleção de frascos ingleses e vidros azuis, além de inúmeros objetos e instrumentos de manipulação, num total de 600 peças. Preservada estará também a memória de uma das casas mais respeitadas do Centro do Rio, que durante tantos anos esteve presente no cotidiano dos cariocas, que a ela recorriam para a cura ou para um bom papo com o Sr. José Teixeira Novaes.



Acervo da Pharmacia Teixeira Novaes

Bahia tem duas grandes obras concluídas

Duas grandes obras de restauração arquitetônica foram concluídas recentemente no Estado da Bahia, no âmbito da 5.^a Diretoria Regional da SPHAN/próMemória: a Igreja Catedral Basílica, em Salvador, e o Sobrado da Rua Miguel Calmon, número 8, na cidade de Lençóis.

Localizada no Terreiro de Jesus, no Centro Histórico de Salvador, a Igreja Catedral Basílica passou por várias etapas de restauração, que ao todo somaram cinco anos. Durante esse período, a igreja continuou aberta ao culto religioso e à visitação pública, apesar dos serviços que se realizavam em suas fachadas, assoalhos, forros e telhado. As obras de restauração foram resultado de convênio entre o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Governo do Estado da Bahia, que esteve encarregado da execução das mesmas, e a SPHAN/próMemória — e o Ministério da Cultura, desde sua criação em 1985 — responsáveis pelos recursos, orientação técnica e fiscalização.

A Igreja Catedral Basílica — tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938 — data do século XVII, sendo considerada um dos mais importantes monumentos, não só da Bahia mas de todo o Brasil, do ponto de vista histórico, arquitetônico e artístico. Sua fachada, toda em cantaria, protege um rico interior, on-

de se destacam os retábulos dos altares laterais, com detalhes em douramento, e o forro, em belo trabalho artesanal em madeira, formando florões, caixotões e diversos ornatos. A restauração dos bens móveis será executada em uma etapa posterior.

Em janeiro, uma equipe de técnicos, reunidos através de convênio assinado entre os Ministérios da Cultura e da Justiça, desembarcou em Salvador e iniciou os estudos para a execução do sistema de segurança eletrônica da igreja, requisito indispensável para a salvaguarda e proteção do acervo do monumento.

Lençóis

O Sobrado da Rua Miguel Calmon é um dos mais significativos imóveis integrantes do conjunto arquitetônico e paisagístico de Lençóis, tombado em 1973. Totalmente restaurado durante cerca de um ano, o prédio abriga desde julho de 1987 o Escritório Técnico da SPHAN/próMemória na cidade e o Centro de Cultura da Chapada Diamantina, uma iniciativa da comunidade, que se tornou um pólo irradiador da cultura local.

O Sobrado, construído no século XIX, pertenceu à família Alcântara, que durante muitos anos residiu no pavimento superior, mantendo uma loja no piso inferior. A família saiu de Lençóis, o que fez com que o imóvel fi-

casse muito tempo fechado e praticamente arruinado, até ser comprado pela SPHAN/próMemória. Dotado de uma forte estrutura de pedra, o prédio pôde ser recuperado, sendo seu interior modificado e adaptado para a nova utilização. Foram construídas escadas de madeira, vigas e lajes de concreto; as paredes de pedra foram deixadas à mostra. As obras de restauração, realizadas por administração direta da 5.^a DR/SPHAN/próMemória, compreenderam ainda a estabilização da estrutura e a recuperação dos assoalhos, paredes e telhado.

O espaço é agora dotado de um auditório para 60 pessoas e um salão de exposições, no piso inferior; no intermediário, será montada uma sala para a realização de cursos, palestras e debates e, no superior, funciona o Escritório Técnico. A formação desse espaço incentivou a criação de muitos grupos culturais, além de dar oportunidade àqueles já existentes na cidade. Sua utilização vem sendo diária, segundo o arquiteto Cláudio Lísias da Silva Bastos, responsável pelo Escritório.

Moradores, comerciantes, pedreiros, mestres-de-obra têm-se reunido todos os meses, convocados pelo Escritório Técnico, para discutir as questões sobre o patrimônio de sua cidade. Um aparelho de vídeo-cassete e um televisor, de propriedade do Escritório, têm proporcionado a realização de sessões de filmes e desenhos animados, além de empreendimentos como a 1.^a Oficina de Vídeo, curso sobre linguagem, técnica e produção de vídeo, promovido pela Fundação Cultural e Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia. Durante o curso foram realizadas as filmagens da Festa do Senhor dos Passos, a maior da cidade. A idéia é formar um núcleo permanente de vídeo em Lençóis.

As atividades que mais se têm destacado dentre as realizadas no Sobrado são os ensaios e apresentações de grupos de teatro, dança e música, inclusive de outras cidades, e a exibição de filmes em 16 mm, pelo Chene Clube 51, cineclube local que cede o equipamento e organiza a programação. O espaço também é utilizado para aulas de ginástica e caratê para crianças. O Escritório apoiou, recentemente, a realização do Seminário sobre Turismo, Cultura e Ecologia, promovido pela Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Lençóis.



Sobrado da Rua Miguel Calmon, Lençóis (BA)

Fotos: Arquivo 5.^a DR

O sentido do tombamento

* Dora Alcântara

É necessário ter-se presente, quando se pensa no patrimônio histórico e artístico brasileiro, que a idéia de preservá-lo nasceu no clima da procura de atualização da “inteligência” nacional, do desejo de afirmação de uma independência cultural.

Estes sentimentos eram os que animavam a intelectualidade de vanguarda quando da comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922, o que era natural na medida em que a construção de uma cultura independente faz parte da consolidação e do aprofundamento desse processo político.

A inscrição nos livros do tomo dos bens móveis e imóveis, de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, regulamentada pela legislação que seria criada como suporte das práticas de preservação desse patrimônio, corresponderia ao registro do “cartão de identidade” do país, expressão mais tarde usada por Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiro dirigente do SPHAN, referindo-se ao patrimônio brasileiro.

A citada legislação tramitaria pela Câmara e pelo Senado, sendo circunstancialmente aprovada, no entanto, no já chamado Estado Novo, que interromperia o crescimento democrático visado pela Revolução de 1930. O principal reflexo desse fato na aplicação do novo instituto do tombamento, a partir de uma perspectiva que fornecem os 50 anos transcorridos, parece estar no corte que se estabeleceu com a opinião pública. O diálogo com a população, que hoje se revela com clareza como exercício indispensável à justa aplicação daquele instituto, foi inibido, como foi o próprio processo democrático, que vem sendo retomado. Até mesmo a divulgação do sentido do tombamento e do trabalho da Instituição que o aplicava foi truncada.

A preservação do patrimônio de um povo é forma de transmissão de cultura própria; e esta, sobretudo para as nações mais jovens, está na base mesma de seu desenvolvimento, o que equivale a dizer, de sua real independência. Para quem assim entenda o papel da preservação, é gratificante verificar que as ações de proteção ao patrimônio alinham-se, hoje, entre aquelas que buscam equilibrar o progresso tecnológico com outros valores, na procura de garantia da qualidade de vida; que denunciam como falso progresso o produto da atividade imobiliária especulativa, índice de um desequilíbrio econômico a ser corrigido se, de fato, o objetivo é progredir.

A prática da preservação acompanha, em sua evolução, a das disciplinas a que se refere seu texto legal. Assim, a Arqueologia revelou para seu exercício a necessidade de mutilar determinados sítios a fim de extrair deles seu significado, o que seria incompatível com o tombamento, que zela pela integridade do objeto tombado. Foi, por isso, criada a lei 3.924, a partir da

qual é feito o cadastramento dos bens arqueológicos, o que equivale ao tombamento em termos de conservação daquele patrimônio, respeitada sua especificidade.

Os bens etnográficos, previstos na legislação de 1937 (Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937), estão, muitas vezes, expressos em formas vivas de manifestação que reclamam proteção especial; a afirmação e o conhecimento mais aprofundado da pluralidade de nossa formação cultural, que evoluem também com o processo democrático, correspondem a um avanço no sentido da emancipação cultural desejada, o que reforça a necessidade de buscar normas legais apropriadas, sensíveis à natureza desses valores.

É sintomático o fato de que o tombamento seja antipático àqueles segmentos da sociedade que tiveram de adotá-lo sem o devido esclarecimento, enquanto que outros vêm reclamando sua aplicação. O número de pedidos de tombamento, que era bastante reduzido, referindo-se anualmente a pouco mais de uma dezena de unidades, está hoje em torno de 60 pedidos, incluídos entre estes os de preservação de centros urbanos, com dezenas ou, às vezes, mais de uma centena de unidades.

Ainda que buscando complementação legal, para a prática da preservação, é nítida a consciência de que o êxito da aplicação do tombamento depende igualmente da área técnica, cuja atuação tem início nos estudos do bem proposto para a preservação, procurando entendê-lo em seu contexto regional para melhor aquilatar o valor que possui a nível nacional, estendendo-se às intervenções físicas e sua tecnologia específica. Atuação que busca, além do contato com as comunidades, uma ligação interinstitucional, forma necessária para que se atinja de maneira mais plena o objetivo principal do tombamento, qual seja o aprimoramento cultural do homem brasileiro, através da preservação dos testemunhos materiais de sua tradição.

A opinião aqui expressa, não sendo a de profissional da área jurídica, atém-se ao produto da utilização da legislação de tombamento e não procura analisá-la como tal. É, no entanto, pelos efeitos de sua aplicação que se avalia a qualidade da lei e, assim sendo, cabe o elogio ao Decreto-Lei nº 25 pela flexibilidade que tem dado às ações de preservação e pela vitalidade que possui, permitindo à Instituição acompanhar o crescimento que a consciência sobre o patrimônio cultural tem adquirido, fruto da ação que teve o tombamento por base.

* Coordenadora Geral de Preservação dos Bens Culturais e Naturais da SPHAN/próMemória

NOTICIÁRIO

Foto: Arquivo Jornal de Petrópolis



Peças sacras na Sala do Oratório

Alfaias e oratório no MI

Conhecer a “Exposição de Alfaias — Século XVIII e XIX” e a nova “Sala do Oratório Imperial” é a mais recente atração para os visitantes do Museu Imperial, de Petrópolis (RJ).

De origem árabe, alfaia significa coisas necessárias, adornos, utensílios domésticos ou pessoais. Com a “Exposição de Alfaias”, o Museu Imperial expõe parte de seu acervo, com peças jamais vistas pelo grande público. São conjuntos e arranjos de mobiliários, pinturas, trabalhos de agulha, tapetes, lençóis, fronhas e toalhas de artesanato oriental, europeu e brasileiro. Entre as peças expostas está uma colcha em seda natural, com bordados inspirados nos trabalhos chineses, que pertenceu à Marquesa de Santos.

A nova “Sala do Oratório Imperial”, situada no sobrado do Palácio, é revestida de peças sacras de prata, dos séculos XVIII e XIX, algumas manufaturadas por prateiros — profissão de destaque na época — fluminenses, além de dois oratórios e imagens santas. Entre elas, a de Sant’Ana e de Nossa Senhora, que teria pertencido à Fazenda do Córrego Seco, da qual se originou a cidade de Petrópolis. O Museu Imperial encontra-se aberto ao público de terça a domingo, das 12 às 17h30min.

Debret

Grande parte do acervo dos Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya (RJ) integra uma exposição itinerante sobre Debret, organizada pelo Museu de La Rochelle, na França. São 100 aquarelas do artista, que estarão percorrendo o território francês até novembro deste ano, começando pela Galerie de La Seita, em Paris.

O acervo chegou à capital francesa em novembro de 87 e o Museu do Louvre, através do restaurador André Le Prat, realizou trabalhos de conservação nas obras. As aquarelas encontravam-se desgastadas pela ação do tempo, apresentando manchas, causadas pelo excesso de luminosidade, e ondulações no papel, devido ao elevado nível de umidade do ar no Brasil.

Segundo os técnicos da SPHAN/próMemória que acompanharam o material a ser exposto, os franceses ficaram tão encantados com as aquarelas de Debret, que surgiu o interesse mútuo de que o mesmo trabalho de conservação fosse feito com as outras 385 aquarelas guardadas nos Museus Castro Maya. Os entendimentos estão sendo aprofundados e, ainda este ano, como parte dos Acordos de Cooperação Cultural Brasil—França, Le Prat estará no Rio. O objetivo é montar uma equipe treinada pelo restaurador, para atuar junto a ele e, ainda, organizar palestras em que o artista possa divulgar suas experiências, estabelecendo um intercâmbio técnico com profissionais brasileiros.

Restaurada primeira bandeira

O Museu da República concluiu a restauração, iniciada em 1985, da primeira bandeira oficial da República do Brasil.

Adotado definitivamente em 19 de novembro de 1889 como símbolo nacional, o modelo da atual Bandeira da República foi idealizado por Teixeira Mendes e desenhado por Décio Villares. Confeccionada pelas filhas de Benjamin Constant, foi tecida em veludo e algodão, bordada com fios de ouro e prata, e mede 1,85 × 1,26cm. Em maio de 1890, a esposa de Benjamin Constant ofereceu-a à Escola Superior de Guerra, onde permaneceu

até janeiro de 1927, quando foi enviada ao Museu Histórico Nacional.

Em 1960, com a transformação do Palácio do Catete em museu, a bandeira foi transferida novamente, passando a integrar o acervo do Museu da República. Ao terem início as obras de restauração do prédio principal do Museu, em 1984, a bandeira foi retirada da vitrina. No ano seguinte, já em adiantado estado de deterioração, iniciou-se um minucioso trabalho de restauração. Com a reabertura do Museu da República este ano, a bandeira voltará a ser exposta à visitação pública.



No MR a primeira bandeira da República em processo de restauração

Foto: Arquivo Museu da República

NOTICIÁRIO

Natividade

O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da cidade de Natividade, em Goiás, foi tombado pela SPHAN no ano passado. Situada no norte do Estado, a cidade foi fundada em função da mineração do ouro, no século XVIII, realizada na imensa Serra de Natividade e que se constituiu como a atividade econômica básica da população que ali se estabeleceu.

Minas Gerais era o centro de interesses do Poder Real, devido a sua intensa produção aurífera, mas Goiás, particularmente Natividade, participou ativamente desse processo, embora em grau de importância relativamente menor. Por outro lado, esse período da história goiana acrescenta dados à compreensão da história de ocupação do interior do país, que se deveu principalmente à exploração do ouro.

No final do século XVIII ocorreu o esgotamento das minas e a consequente decadência da atividade mineradora, tendo início um processo de ruralização, como embrião da pecuária. Esta passou a agir como força revitalizadora da economia local a partir do fim do século XIX e muito contribuiu para a configuração atual de Natividade. A cidade atualmente vem apresentando um reativamento da mineração.

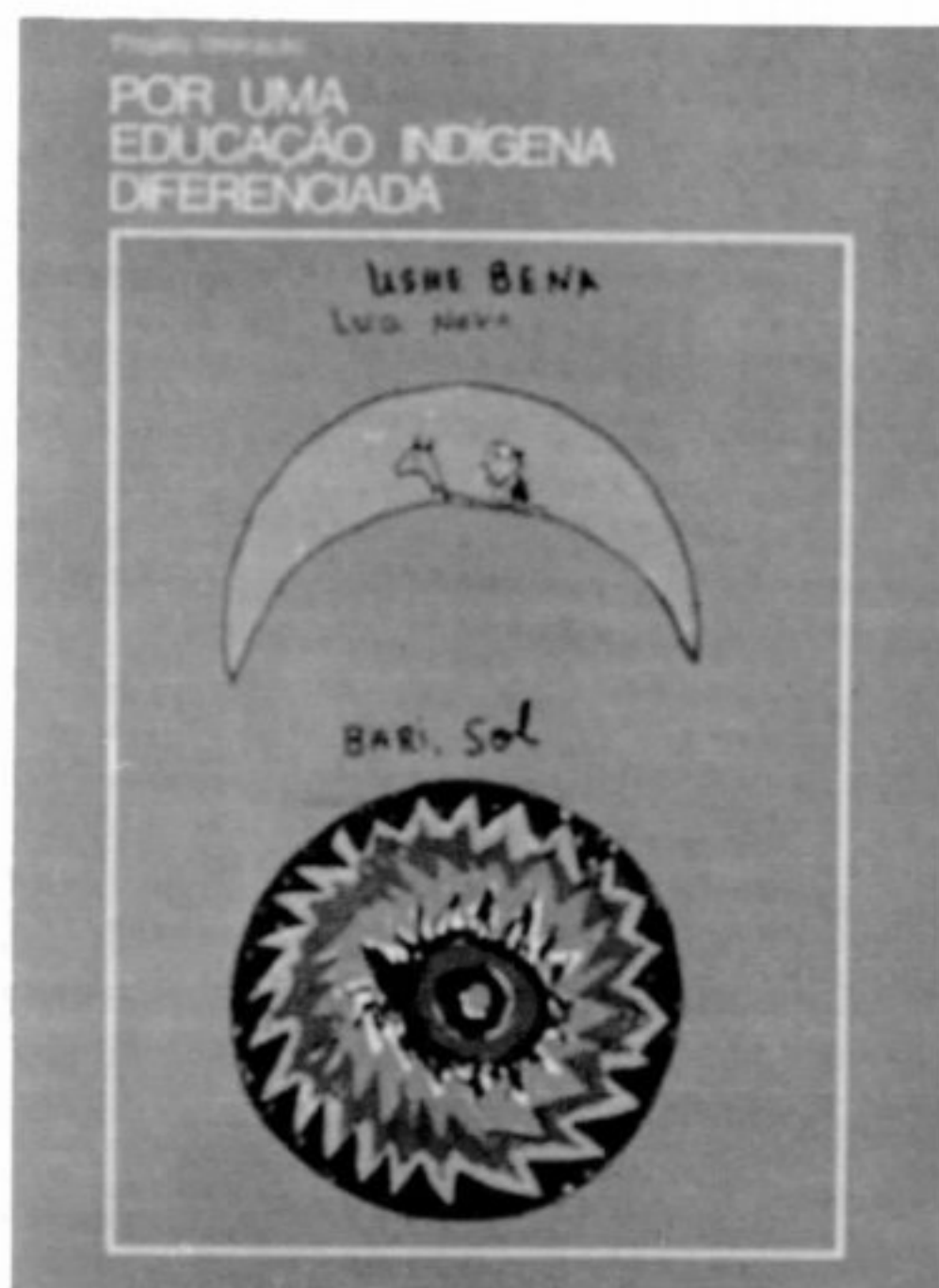


Igreja Matriz de Natividade

Segundo o parecer de Gilberto Velho, Conselheiro da SPHAN, o conjunto de Natividade, embora modesto, comparado com os de Minas Gerais, é definido como homogêneo. A vinculação histórica entre o núcleo urbano e a Serra de Natividade é valorizada no processo de tombamento, de acordo com o parecer, "explicitando claramente a relação do fator sócio-cultural com a geografia e a ecologia do lugar".

O pedido de tombamento do conjunto de Natividade foi feito pela Assembleia Legislativa do Estado de

Goiás e encaminhado à SPHAN através de sua 8.^a Diretoria Regional que, além de Goiás, atua também nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A 8.^a DR/SPHAN/próMemória preparou um dossiê para instruir o tombamento, baseado no projeto "Oito Vertentes e Dois Momentos de Síntese da Arquitetura Brasileira — Levantamento Cadastral de Natividade (GO)" (SPHAN n.º 32, págs. 1 a 6), em documentação fotográfica, pesquisas históricas e nos relatórios das viagens realizadas pelos técnicos à cidade.



Educação indígena

A SPHAN/próMemória, através do Centro Nacional de Referência Cultural — CNRC, acaba de lançar o livro *Por uma Educação Indígena Diferenciada*. A publicação é um dos resultados positivos do Projeto Interação, desenvolvido pelo CNRC com a idéia básica de repensar a escola brasileira em seu processo de interação com o contexto cultural brasileiro.

O livro faz o registro de um traba-

lho desenvolvido desde 1983 junto às comunidades indígenas do Acre e busca incentivar a identificação de alternativas educacionais, que, preocupadas com a relação cultura/educação, privilegiem a autonomia cultural e linguística dos grupos indígenas. A divulgação da experiência do Acre tem como um dos objetivos contribuir para a ampliação e o aprofundamento do debate que se trava no país em torno da questão indígena.

NOTICIÁRIO

Foto: Arquivo Museu Lasar Segall



Lasar Segall

Como vem fazendo há alguns anos, o Museu Lasar Segall (SP) coloca à disposição do público mais uma mostra “Retrospectiva de Férias”. São óleos, aquarelas, desenhos, gravuras e esculturas produzidos por Segall, que, nos meses de dezembro a março, ocupam as quatro salas de exposição do museu, oferecendo uma visão global dos temas e técnicas utilizados pelo artista.

A “Retrospectiva de Férias” é realizada em função do grande número de pessoas que, nessa época do ano, visitam São Paulo e, conseqüentemente, o Museu Lasar Segall, interessadas em conhecer seu acervo.

Não se conhece exatamente o número de obras criadas por Lasar Segall, pois muitas do período europeu — até 1923 — foram destruídas pelo regime nazista, em oposição à arte moderna. Porém grande parte de sua produção pertence ao Museu Lasar Segall. Este acervo não pode ser exposto permanentemente, já que o espaço disponível é insuficiente e, ainda, porque, para fins de conservação, é necessário que as obras permaneçam em condições controladas de temperatura, umidade relativa, poeira e luz. Diante disto, são expostas em rodízio, através de exposições sempre renovadas, geralmente a cada dois meses.

Mãe Preta, óleo sobre tela.
Obra de Segall

Mallet

O trabalho de preservação de documentos históricos no Brasil acaba de adquirir um novo reforço: é a câmara de desinfestação Mallet, importada da França. Adquirida pela SPHAN/pró-Memória, através do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica — Pró-Documeto, a câmara faz parte de um projeto, apoiado pela FINEP, que inclui a instalação de laboratórios de entomologia, microbiologia e desinfestação, voltados para

preservar o acervo documental brasileiro.

O processo de desinfestação com a câmara Mallet se inicia pela coleta de fauna destruidora e de contaminantes de documentos, no ambiente onde estes se encontram. A partir dos dados recolhidos, são realizados estudos sobre a ecologia dos agentes de contaminação, a fim de obter-se um diagnóstico que determine o tipo de tratamento a ser dado. A determinação se ba-

seia em critérios como o grau de contaminação do acervo, seu estado de conservação e os tipos de suportes a serem desinfestados. A desinfestação consiste na exposição da documentação à mistura gasosa de 12% de óxido de etileno e 88% de freon 12, injetada na câmara.

Segundo técnicos que atuam no setor, a câmara Mallet tem capacidade de operar cerca de mil livros diários.

NOTICIÁRIO

Antônio Prado

Desde a época do tombamento provisório da cidade gaúcha de Antônio Prado, em setembro de 87, o jornal local *Panorama Pradense* reserva um espaço em suas edições para tratar, de maneira descontraída, a questão da preservação da herança cultural do município, predominantemente de origem italiana. Neste número, *Nonô*, — vestido de Papai Noel — que é personagem com traços característicos da população local, vive mais uma de suas aventuras em prol do patrimônio de Antônio Prado.

NONÔ

Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Nacional *próMemória*



Dicionário indígena

A SPHAN/próMemória, através da Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, está lançando o *Dicionário do Artesanato Indígena*. De autoria da antropóloga Berta G. Ribeiro, a publicação foi elaborada com o propósito de sistematizar a cultura material indígena, procurando englobar as categorias de artefatos geralmente encontrados nos acervos de museus etnográficos, oferecendo informações práticas necessárias ao manejo e estudo de objetos recolhidos aos museus e encontrados nas aldeias.

À definição de cada artefato foi dado o desenvolvimento compatível

com sua importância, detalhando nos itens e globalizando nas definições genéricas. Além da parte lexicográfica, há as informações de ordem técnica e científica.

O *Dicionário do Artesanato Indígena*, que contou com o apoio do Museu Nacional e Universidade Federal, ambos do Rio de Janeiro, Museu do Índio e FUNAI, tem por objetivo exercer uma função sistematizadora a serviço da recuperação dos acervos, não só indígenas mas também de cultura popular, que, a partir de agora, poderão ser consultados e estudados convenientemente.



NOTICIÁRIO

Vila Bela

O Palácio dos Capitães-Generais e as ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade, bem como seu entorno de proteção, localizados na cidade de Vila Bela, em Mato Grosso, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1987.

Vila Bela da Santíssima Trindade localiza-se na região do Guaporé, no extremo noroeste de Mato Grosso. A história da região remonta a 1730, quando sertanistas vindos de Cuiabá, na captura de índios Parecis, detectaram ali inúmeras jazidas de ouro, o que provocou a rápida formação de arraiais. A grande proximidade com as missões jesuíticas espanholas tornou a área denominada Mato Grosso dos Parecis de grande importância para o governo português, pela necessidade de conservar as jazidas e a possibilidade de introduzir manufaturas anglo-portuguesas no Peru.

Para isso era necessário constituir na região uma rede administrativa e militar suficientemente poderosa para, por um lado, rechaçar as eventuais investidas espanholas e, por outro, constituir-se em pólo de atração para novos moradores. Com esse objetivo é que foi fundada, em 1752, a Vila Bela da Santíssima Trindade, como capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso.

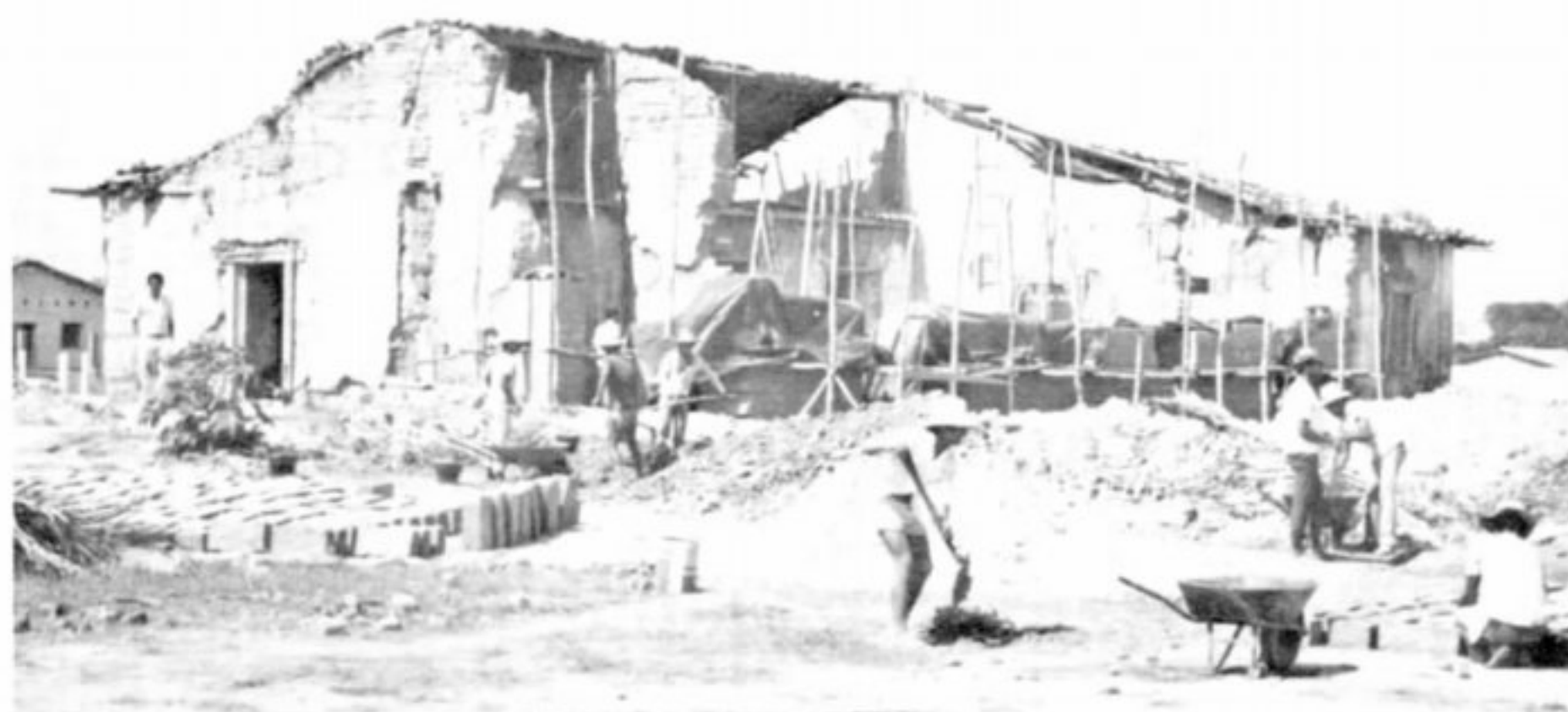
Vila Bela teve sua existência marcada, desde sua fundação, pela defesa da fronteira e a conexão com o Estado do Pará, através dos rios Guaporé e Madeira, em função da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755. Embora sediando o governo da Capitania, Vila Bela estava fundamentalmente voltada para os extremos ocidental e setentrional do país, ao contrário de Cuiabá, mais ligada ao centro-sul.

O Palácio, ou Casas de Residência dos Governadores, é considerado o ponto de partida do processo de constituição de Vila Bela. Símbolo material do poder, o Palácio antecedeu, em Vila Bela, as edificações particulares e as outras construções oficiais e religiosas, pois seus alicerces foram lançados ainda em 1752, ano da própria fundação da cidade.

A história da Matriz da Santíssima Trindade apresenta um aspecto curioso, pois, segundo estudiosos, foram



Ruínas da Igreja Matriz



e Palácio dos Capitães-Generais — outubro 84

erquidas três igrejas matrizes: a primeira, em 1755, de pau-a-pique, coberta de telha, localizada no lado ocidental da praça principal; a segunda, em 1771, situada no mesmo ponto, da qual

pouco se sabe a respeito, mas que em 1789 já estava em ruína; e a terceira, em 1793, cujas ruínas, agora tombadas, não estão localizadas no lado ocidental da Praça Principal, mas ao norte.

Laranjeiras

A Igreja Matriz do Coração de Jesus, localizada no município de Laranjeiras (SE), esteve durante três meses em obras de restauração. Executadas por administração direta da 5ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória — a Prefeitura Municipal de Laranjeiras também participou com recursos —, as obras compreenderam a recuperação completa do telhado, assoalho e forro.

Segundo o representante do Escritório Técnico da SPHAN/próMemória em Laranjeiras, José Wellington Costa, o prédio não apresenta proble-

mas de estabilização. Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1943, a igreja é uma construção do século XVIII. Já tendo sofrido algumas reformas e modificações, suas características favorecem a identificação da época em que foi erguida, por serem as mesmas das igrejas matrizes, que apresentam coro, duas torres laterais e frontão superior, dois corredores abertos em grandes arcos para a nave central, capela-mor e retábulos laterais em madeira e, ao fundo, a sacristia, tomando toda a extensão da largura da igreja.

Cartas

"Há algum tempo, em Goiás Velho, descobri que uma biblioteca daquela cidade não possuía um número sequer do Boletim SPHAN/próMemória.

Na mesma época, no Solar da Imperatriz, vários pacotes de diferentes edições dessa importante publicação jaziam abandonados na varanda, mal protegidos da chuva e do sol, e a única informação que se deva então era de que seriam vendidos a peso.

Se pudessem ter sido distribuídos em bibliotecas ou junto a comunidades como a de Goiás Velho, muito se beneficiaria a SPHAN/próMemória, divulgando, por um lado, um trabalho de interesse geral e criando, por outro, uma consciência mais clara quanto aos objetivos destas e de outras instituições culturais.

Ao receber o n.º 38 desse Boletim senti uma grande alegria, como que a de ver restaurado um prédio quase em ruínas.

Quero cumprimentá-los pela retomada de uma publicação de imenso interesse nacional e sugerir uma maior difusão também junto à comunidade leiga."

— Carlos Fernando de Moura Delphim — Coordenadoria de Patrimônio Natural — SPHAN/FNPM — Rio de Janeiro — RJ.

"Foi uma grata surpresa chegar em casa e encontrar o n.º 38 do Boletim SPHAN. Cheguei a pensar que as publicações tivessem sido suspensas, o que seria, de fato, uma lástima.

Como professora universitária e também pós-graduada em Letras e Artes, só tenho a louvar a volta do Boletim, que espero seja com muito dinamismo."

— Mônica Rio — UFRJ — Rio de Janeiro — RJ.

"O Sonho não acabou. O Boletim está de volta. Viva!"

— José Leme Galvão — Arquiteto da 8.ª DR-SPHAN/FNPM — Brasília — DF.

"Acabo de receber e ler o Boletim. Agradeço o interesse e a sensibilidade com relação aos programas do Sistema Nacional de Museus. A matéria saiu ótima (...). Parabéns pela publicação."

— Priscilla Freire — Coordenadora do Sistema Nacional de Museus — Brasília — DF.

"Sou estudante de comunicação social e tive o prazer de receber pela primeira vez o Boletim SPHAN/próMemória, n.º 38. Agradeço e gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho e pela utilidade dessa publicação para minha formação geral. Expresso o desejo de continuar a recebê-la, pois é de grande importância para mim."

— Zene Maria dos Santos Araújo — Rio de Janeiro — RJ.

"Tendo tomado conhecimento da matéria 'SPHAN/próMemória Realiza Inventários de Bens Culturais', no n.º 38 do Boletim SPHAN/próMemória — aliás de excelente padrão gráfico e jornalístico —, constatei algumas imprecisões que gostaria de poder esclarecer, no sentido de melhor informar o público leitor.

Acho importante, pois, esclarecer o que se segue:

1 — O Inventário Nacional de Bens Imóveis e Integrados é realizado pelo Setor de Inventários de Bens Móveis, o qual, em conjunto com o Setor de Inventários de Bens Imóveis,

coordena esses inventários nacionalmente, viabilizando a política de registro da Coordenadoria de Registro e Documentação da SPHAN/próMemória, da qual fazem parte.

2 — O Setor de Inventário de Bens Móveis da CRD é coordenado pela historiadora Iara Correa da Costa, indicada consensualmente pelo setor e referendada por mim nesta função.

3 — A elaboração do projeto e execução do Inventário de Bens Móveis e Integrados de Minas Gerais/VITAE, bem como as demais ações análogas realizadas em outras DRs, é devida às historiadoras Miriam Ribeiro e Iara Costa, as quais, além da responsabilidade técnica e teórica com o projeto, supervisionam o trabalho das equipes de Minas e do Rio do Inventário VITAE, propiciam apoio técnico e treinamento de pessoal às DRs e desenvolvem metodologias na área do registro e da documentação de bens móveis e integrados.

Na qualidade de Coordenador da área responsável pela realização desses inventários, creio que eram esses os esclarecimentos que deveria propor ao público interno e externo de nossa Instituição.

Aproveito a oportunidade para saudar a retomada da publicação do nosso boletim, parabenizando, ainda uma vez, a equipe realizadora pela excelente qualidade do mesmo."

— Sidney Sergio Fernandes Solis — Coordenador de Registro e Documentação SPHAN/FNPM.

N.R. — O Boletim SPHAN/próMemória agradece a atenção dispensada, assumindo o compromisso de procurar sempre atender aos anseios do seu público leitor, inclusive a partir das falhas que porventura cometa.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional próMemória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
Celso Furtado

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA
Oswaldo de Campos Melo

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO

Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinícius De Lamônica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO

Sylvio Clemente da Motta

COMPOSIÇÃO

Norivan Rosa da Silva

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Aimajara Xavier

ARTE-FINAL

Rita de Cássia Betta Araújo

PESQUISA E EXPEDIÇÃO

Geisa Martins